

Índice

2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	1
2.2 Resultados operacional e financeiro	30
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	32
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	33
2.5 Medições não contábeis	39
2.6 Eventos subsequentes as DFs	47
2.7 Destinação de resultados	48
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	52
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	53
2.10 Planos de negócios	54
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	57
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	58
5.2 Descrição dos controles internos	64
5.3 Programa de integridade	68
5.4 Alterações significativas	74
5.5 Outras informações relevantes	75

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

As informações financeiras contidas e analisadas a seguir são derivadas das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021, as quais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards – “IFRS”) emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”).

a) condições financeiras e patrimoniais gerais

A administração da Companhia entende que as necessidades de caixa da Companhia consistem em capital de giro, pagamento de dívidas, despesas e dispêndios de capital relacionadas aos investimentos em suas operações. As fontes de liquidez da Companhia advêm do fluxo de caixa das suas operações e empréstimos de curto e longo prazo.

A tabela abaixo apresenta um resumo da situação patrimonial e financeira da Companhia (incluindo liquidez) para os exercícios indicados:

Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023			
Consolidado (em R\$ milhões)	2023	2022	2021
Receita operacional líquida	10.937,7	9.841,5	7.439,6
Lucro bruto	4.099,3	3.146,4	2.087,6
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	721,9	514,0	155,7
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	5.451,0	4.831,0	3.340,0
Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários ⁽¹⁾	8.738,7	8.310,5	10.894,1
Instrumentos financeiros derivativos, líquidos	89,7	-538,1	1.098,1
Endividamento Bruto ⁽²⁾	-19.035,8	-16.878,5	-21.357,3
Dívida líquida ⁽³⁾	-10.207,4	-9.106,1	-9.365,1
Patrimônio líquido	15.871,1	15.410,5	15.018,6
Rentabilidade			
Lucro (prejuízo) líquido / Patrimônio líquido	4,5%	3,3%	1,0%
Liquidez corrente ⁽⁴⁾	1,87	1,71	2,79

(1) Inclui caixa restrito de dívidas bancárias no montante de R\$ 108,6 milhões em dezembro de 2023, R\$ 85,0 milhões em dezembro de 2022 e R\$ 20,0 milhões em dezembro de 2021.

(2) Endividamento Bruto é a soma dos empréstimos, financiamentos e debêntures, arrendamentos mercantis financeiros circulantes e não circulantes.

(3) Dívida líquida é calculada como a soma de empréstimos, financiamentos e debêntures, arrendamentos mercantis financeiros menos caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, caixa restrito de dívidas bancárias e financiamentos e instrumentos financeiros derivativos, líquidos.

(4) Liquidez corrente é calculada pela divisão do ativo circulante total pelo passivo circulante total.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, a receita operacional líquida atingiu R\$ 10.937,7 milhões, aumento de 11,14% em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, em que a receita operacional líquida foi de R\$ 9.841,5 milhões. O volume total transportado no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi de 77.258 bilhões de toneladas por quilômetro útil ("TKU"), 3,1% superior ao exercício de 2022, refletindo o aumento do volume em 3,0% na Operação Norte. O resultado se deve principalmente ao maior volume de farelo de soja e milho, que cresceram 15% e 12% respectivamente, e à melhora das condições de circulação na região da Baixada Santista ao longo do ano, que reduziram a eficiência da circulação de trens com destino ao Porto de Santos no primeiro trimestre. Também contribuíram para o resultado o crescimento dos volumes de fertilizantes e combustível, que cresceram 23% e 26% respectivamente, a Operação Sul apresentou aumento de 3,8% no volume transportado em 2023, atingindo 12.789 bilhões de TKU, esse resultado reflete principalmente o aumento no transporte de soja e açúcar com aumento de 52,8% e 14,1% respectivamente. Já no segmento de Contêineres a receita operacional líquida aumentou 19,7%, o resultado reflete o crescimento das movimentações de cargas com maior valor agregado, como o algodão e o minério.

O lucro bruto no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$ 4.099,3 milhões, representando um aumento de 30,3% em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, quando registrou R\$ 3.146,4 milhões, basicamente esse aumento do lucro é reflexo de uma maior receita operacional de transporte, esse aumento foi de 11,14% em relação a 2022. O endividamento bruto da companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 somou R\$ 19.035,8 milhões em comparação ao endividamento bruto de R\$ 16.878,5 milhões em 31 de dezembro de 2022, basicamente esse aumento no endividamento pode ser explicado pela captação em setembro de 2023, no valor de R\$ 1.500,0 milhões relativo a emissão da 17ª debênture, sendo duas series de R\$ 750,0 milhões cada.

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, a receita operacional líquida atingiu R\$9.841,5 milhões, aumento de 32,28% em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, em que a receita operacional líquida foi de R\$7.439,6 milhões. O volume total transportado no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi de 74,9 bilhões de toneladas por quilômetro útil ("TKU"), 17,0% superior ao exercício de 2021, refletindo o aumento do volume em 24,4% na Operação Norte, esse resultado reflete o momento favorável ao mercado de logística, após a recuperação da safra do milho, além do repasse do aumento do diesel, que propiciaram o crescimento das tarifas, de 47% no trimestre e 17% no ano, a Operação Sul apresentou retração de 8,0% no volume transportado em 2022, atingindo 12,3 bilhões de TKU, esse resultado reflete principalmente a quebra de safra de soja, mais concentrada no estado do RS, que reduziu o volume do produto em 52% no ano, e foi parcialmente compensada pelo maior volume de milho. A queda dos produtos industriais se deu principalmente em função da migração de parte dos volumes de celulose para a Operação Norte.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Já no segmento de Contêineres a receita operacional líquida aumentou 39,0%, esse resultado se deve ao crescimento no segmento de exportação, com destaque para o algodão, além do maior volume de bobinas de papel do projeto Klabin e das cargas refrigeradas. O mercado interno apresentou boa performance em bens de consumo, milho, fertilizante e defensivos agrícolas. O lucro bruto no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$3.146,4 milhões, representando um aumento de 50,7% em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, quando registrou R\$ 2.087,6 milhões. O endividamento bruto da companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 somou R\$16.878,5 milhões em comparação ao endividamento bruto de R\$21.357,3 milhões em 31 de dezembro de 2021, basicamente decorrente do pré-pagamento da Senior Notes 2025 em janeiro de 2022 no valor de R\$2.848,3 milhões. A dívida líquida somou R\$9.106,1 milhões em 31 de dezembro de 2022, o que, se comparado com o valor de R\$9.365,1 milhões verificado em 31 de dezembro de 2021, representa uma redução de 2,8%, basicamente não se alterou entre os anos.

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, a receita operacional líquida atingiu R\$7.439,6 milhões, aumento de 6,8% em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, em que a receita operacional líquida foi de R\$6.966,2 milhões. O volume total transportado no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi de 64,0 bilhões de toneladas por quilômetro útil ("TKU"), 2,5% superior ao exercício de 2020, refletindo o aumento do volume em 3,2% na Operação Norte, a Operação Sul apresentou retração de 1,9% no volume transportado em 2021, atingindo 13,4 bilhões de TKU, refletindo a quebra de safra do milho, que foi mais severa nos estados da região Sul e os efeitos da isenção temporária de pedágio no Paraná. Houve crescimento no ano em todos os demais segmentos, com destaque para cargas industriais (14,8%), soja (11,2%) e combustível (9,9%). Já no segmento de Contêineres a receita operacional líquida aumentou 17,5%, em decorrência do melhor mix de produtos e da melhor negociação de tarifas. O lucro bruto no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$2.087,6 milhões, representando uma redução de 7,0% em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, quando registrou R\$2.244,7 milhões. O endividamento bruto da companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 somou R\$21.357,3 milhões em comparação a um endividamento bruto de R\$20.328,1 milhões em 31 de dezembro de 2020, basicamente decorrente das novas captações para reforço de caixa da Companhia para fins de investimentos nas malhas, combinado com o aumento das dívidas em dólar devido a desvalorização do Real ao longo de 2021. A dívida líquida somou R\$9.365,1 milhões em 31 de dezembro de 2021, o que, se comparado com o valor de R\$7.164,3 milhões verificado em 31 de dezembro de 2020, representa um aumento de 30,7%, esse aumento pode ser explicado principalmente por novas captações no mercado local e internacional combinado com o pré-pagamento da Senior Notes 2024.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

b) estrutura de capital

O endividamento bruto no final de 2023 aumentou para R\$ 19.035,8 milhões, assim como a dívida líquida, que alcançou R\$ 10.207,4 milhões. O aumento da dívida líquida decorre principalmente da captação de recursos através de emissão da 17ª debênture no valor de R\$ 1.500,0 milhões em setembro de 2023. Em 31 de dezembro de 2023, os índices foram apurados utilizando uma interpretação mais conservadora dos ajustes previstos nas formulas dos contratos, sendo a principal métrica utilizada, alavancagem = Dívida Líquida / Ebitda. A dívida da Rumo possui custo médio ponderado de aproximadamente 104% CDI, com um prazo médio (duration) de 5 anos. Para maiores informações sobre covenants contratuais veja o item (iv) níveis de endividamento e as características de tais dívidas.

A estrutura de capital da Companhia em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021 é evidenciado pela tabela a seguir:

(em milhões de R\$, exceto %)	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021
Patrimônio Líquido	15.871,1	15.410,5	15.018,6
Endividamento Bruto	-19.035,8	-16.878,5	-21.357,3
Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários ⁽¹⁾	8.738,7	8.310,5	10.894,1
Instrumentos financeiros derivativos, líquidos	89,7	-538,1	1.098,1
Dívida líquida ⁽²⁾	-10.207,4	-9.106,1	-9.365,1
Dívida líquida/PL ⁽³⁾	-64,3%	-59,1%	-62,4%
<i>⁽¹⁾ Inclui caixa restrito de dívidas bancárias no montante de R\$ 108,6 milhões em dezembro de 2023, R\$ 85,0 milhões em dezembro de 2022 e R\$ 20,0 milhões em dezembro de 2021.</i>			
<i>⁽²⁾ A dívida líquida não é uma medida de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB) e não possui significado padrão. Outras empresas podem calcular a dívida líquida de maneira diferente ao calculado pela Companhia. A administração da Companhia entende que a medição da Dívida líquida é útil na avaliação do grau de alavancagem financeira em relação ao fluxo de caixa operacional.</i>			
<i>⁽³⁾ Composto pela divisão da dívida líquida pelo valor do patrimônio líquido total do exercício.</i>			

Em 31 de dezembro de 2023 o patrimônio líquido é R\$ 15.871,1 milhões, representando um aumento de 2,99% em relação a 31 de dezembro de 2022, especialmente em decorrência do lucro obtido em 2023, com aumento da receita de transporte gerando um ganho na operação. Em 31 de dezembro de 2022 o patrimônio líquido é R\$15.410,5 milhões, representando um aumento de 2,61% em relação a 31 de dezembro de 2021, especialmente em decorrência do lucro obtido em 2022, com aumento da receita de transporte combinado com a venda de participação acionária da Companhia Elevações Portuárias gerando um ganho na operação que foi concluída em novembro de 2022. Em 31 de dezembro de 2021, o patrimônio líquido era de R\$15.018,6 milhões, representando uma redução de 1,82% em relação a 31 de dezembro de 2020. A variação decorre do ágio pago na aquisição de 15,42% de participação de não controladores na

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Brado Logística, uma transação entre acionistas registrada no patrimônio líquido (reserva de capital negativa de R\$300,5 milhões).

O capital de terceiros da Companhia, representado pelo endividamento bruto, inclui o saldo das contas de empréstimos, financiamentos e debêntures, arrendamentos mercantis financeiros circulantes e não circulantes. Estes recursos são utilizados principalmente para expansão das operações de logística integrada.

Estrutura de capital			
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021
Capital de terceiros (total Endividamento Bruto)	54,5%	52,3%	58,7%
Capital próprio (patrimônio líquido total do exercício)	45,5%	47,7%	41,3%
(em milhões de R\$, exceto %)			
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021
Patrimônio líquido total do exercício	15.871,1	15.410,5	15.018,6
Endividamento Bruto ⁽¹⁾	19.035,8	16.878,5	21.357,3
Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários ⁽²⁾	8.738,7	8.310,5	10.894,1
Instrumentos financeiros derivativos, líquidos	89,7	-538,1	1.098,1
Dívida líquida⁽³⁾	10.207,4	9.106,1	9.365,1
Dívida líquida/Patrimônio Líquido	64,3%	59,1%	62,4%

(1) Endividamento Bruto é a soma dos empréstimos, financiamentos e debêntures, arrendamentos mercantis financeiros circulantes e não circulantes.

(2) Inclui caixa restrito de dívidas bancárias no montante de R\$ 108,6 milhões em dezembro de 2023, R\$ 85,0 milhões em dezembro de 2022 e R\$ 20,0 milhões em dezembro de 2021.

(3) Dívida líquida é calculada como a soma de empréstimos, financiamentos e debêntures, arrendamentos mercantis financeiros menos caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, caixa restrito de dívidas bancárias e financiamentos e instrumentos financeiros derivativos, líquidos.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentava um endividamento bruto no valor de R\$ 19.035,8 milhões, um aumento de 12,78% em comparação a 2022, quando o endividamento bruto era de R\$ 16.878,5 milhões, esse aumento teve como principal impacto a captação de recursos através da emissão da 17ª debênture conforme explicado anteriormente.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentava um endividamento bruto no valor de R\$16.878,5 milhões, uma redução de 20,97% em comparação a 2021, quando o endividamento bruto era de R\$21.357,3, essa redução teve como principal impacto o pré-pagamento da senior notes 2025 em janeiro de 2022 no valor de R\$2.848,3 milhões, os demais fatores que impactaram o endividamento bruto foram variação do USD 5,28 em 2022 versus USD 5,58 em 2021 combinada com uma forte gestão de Tesouraria no caixa da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresentava um endividamento bruto no valor de R\$21.357,3 milhões, com um incremento 5,06%, em relação a 31 de dezembro de 2020, principalmente em decorrência de novas captações ocorridas durante 2021 (emissão de debêntures e senior notes) combinada com a depreciação do real diante do dólar ao longo do período de 2021, fechando o ano de 2021 em USD 5,58 versus USD 5,20 em 2020, impactando principalmente as dívidas da Companhia com exposição em dólar (sendo as

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

principais senior notes com vencimento em 2024 e 2025). Em 26 de março de 2021 a companhia efetuou o pré-pagamento da Senior Notes 2024, desmontando os derivativos de proteção na mesma data, motivo pelo qual a figura acima apresenta uma variação entre 2021 e 2020 nos instrumentos financeiros derivativos.

c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Considerando o perfil das dívidas da Companhia, suas disponibilidades e a expectativa de geração de fluxo de caixa, a administração acredita que a Companhia terá capacidade de cumprir todos os seus compromissos financeiros assumidos no curto prazo, embora não possa garantir que tal situação será mantida nos anos subsequentes. Caso seja necessário contrair empréstimos para financiar seus investimentos e aquisições, a administração entende que a Companhia tem capacidade para contratá-los, inclusive mediante o acesso ao mercado de capitais por meio de emissão de dívidas.

A seguir é apresentado um demonstrativo da dívida líquida consolidada e do capital circulante líquido da Companhia, nas datas indicadas:

Vencimentos	Endividamento Bruto (31/12/2023)	Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários e caixa restrito vinculado a empréstimos (31/12/2023)	Instrumentos financeiros derivativos	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021
Curto Prazo (até 1 ano)	-1.394,3	8.630,1	-795,4	6.440,4	5.821,4	9.093,0
Longo Prazo	-17.641,5	108,6	885,1	-16.647,8	-14.927,5	-18.458,1
Total Endividamento Bruto¹ e dívida líquida²	-19.035,8	8.738,7	89,7	-10.207,4	-9.106,1	-9.365,1
Ativo circulante, exceto caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e derivativos				1.595,5	1.511,9	1.458,3
Passivo circulante, exceto empréstimos, financiamentos e debêntures, derivativos e arrendamentos financeiros				-3.261,5	-3.268,8	-2.591,1
Capital de Giro Líquido Ajustado³				-1.666,0	-1.756,9	-1.132,8
<i>Endividamento Bruto é a soma dos empréstimos, financiamentos e debêntures, arrendamentos mercantis financeiros circulantes e não circulantes.</i>						
<i>(2) Dívida líquida é calculada como a soma de empréstimos, financiamentos e debêntures, arrendamentos mercantis financeiros menos caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, caixa restrito de dívidas bancárias e financiamentos e instrumentos financeiros derivativos, líquidos.</i>						
<i>O capital de giro líquido ajustado não é uma medida de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB) e não possui significado padrão. Outras empresas podem calcular o capital de giro líquido ajustado de maneira diferente ao calculado pela Companhia. A administração da Companhia entende que a medição do capital de giro líquido ajustado é útil para comparar, periodicamente, o desempenho operacional da Companhia, bem como para nortear certas decisões administrativas.</i>						

A Companhia apresentava capital circulante líquido negativo (“Capital de Giro Líquido Ajustado”) em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021, respectivamente, nos montantes de R\$ 1.666,0, R\$ 1.756,9 e R\$ 1.132,8 milhões, decorrente do

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

aumento do volume de compras (combustíveis, serviços e ativos) efeito potencializado pelo curto prazo de faturamento de clientes (7 a 15 dias) e prazo mais longo de pagamento de fornecedores (geralmente pagos dentro de 45 dias).

A administração da Companhia acredita que as obrigações de curto prazo poderão ser satisfeitas preponderantemente com a geração de caixa operacional dos seus negócios, que foi de 5.451,0 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 (comparado a R\$ 4.831,0 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022).

d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Em 31 de dezembro de 2023, a dívida líquida da Companhia era de R\$ 10.207,4 milhões, representando um aumento de 12,09% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Em 31 de dezembro de 2022, a dívida líquida da Companhia era de R\$9.106,1 milhões, representando uma redução de 2,77% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Tal aumento é explicada basicamente pela captação da 17ª debênture no montante de R\$ 1.500,0 milhões em duas tranches, conforme explicado anteriormente.

e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Os Diretores acreditam que a Companhia tem acesso às mais diversificadas fontes de financiamento, tais como mercado de capitais local e internacional, bancos comerciais e de investimento e agências de fomento, como, por exemplo, o acesso ao mercado de capitais por meio de emissão de dívidas em 2023, 2022 e 2021, que podem ser utilizadas para financiamento do capital de giro e investimentos em ativos não-circulantes. A Companhia também pode recorrer ao autofinanciamento, por meio da retenção de lucros e/ou aumentos de capital.

f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía um endividamento bruto (empréstimos e financiamentos e debêntures, arrendamentos mercantis financeiros circulantes e não circulantes) de R\$ 19.035,8 milhões, dos quais R\$ 1.394,3 milhões, eram representados por dívidas de curto prazo. O endividamento bruto da Companhia aumentou em R\$ 2.157,3 milhões, entre 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2023, principalmente devido a emissão da 17ª debênture no montante de R\$ 1.500,00 milhões em setembro de 2023.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía um endividamento bruto

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

(empréstimos e financiamentos e debêntures, arrendamentos mercantis financeiros circulantes e não circulantes) de R\$16.878,5 milhões, dos quais R\$1.400,9 milhões, eram representados por dívidas de curto prazo. O endividamento bruto da Companhia reduziu em R\$4.478,8 milhões, entre 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2022, principalmente devido a ao pré-pagamento da senior notes 2025 em janeiro de 2022.

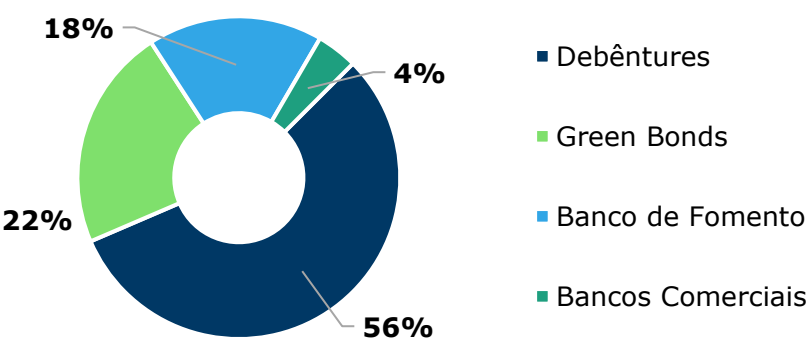
Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía um endividamento bruto (empréstimos e financiamentos e debêntures, arrendamentos mercantis financeiros circulantes e não circulantes) de R\$21.357,3 milhões, dos quais R\$1.273,2 milhões, eram representados por dívidas de curto prazo. O endividamento bruto da Companhia aumentou R\$1.029,2 milhões, entre 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2021, principalmente devido a captação de novas dívidas ao longo de 2021 combinado com depreciação do real diante do dólar, aumentando assim a dívida com exposição em moeda estrangeira, bem como antecipou pagamentos de dívidas de longo ao longo de 2021 melhorando assim a gestão de caixa.

Descrição	Encargos financeiros		Consolidado		Vencimento final	Objetivo
	Indexador	Taxa média anual de juros ⁽ⁱ⁾	31/12/2023	31/12/2022		
Com garantia						
Finame	Pré-fixado	6,00%	128.494	280.919	dez/24	Investimento
Finem	Pré-fixado	3,50%	29	378	jan/24	Investimento
	URTJLP	8,60%	2.210.390	2.221.900	jul/31	Investimento
NCE	CDI + 0,80%	14,56%	-	355.770	dez/23	Capital de giro
	CDI + 1,03%	14,84%	-	98.003	fev/23	Capital de giro
	CDI + 2,07%	14,85%	52.101	50.467	mar/25	Capital de giro
	CDI + 2,25%	15,16%	60.774	62.760	mai/26	Capital de giro
	CDI + 2,25%	15,39%	78.965	-	fev/26	Capital de giro
	CDI + 2,20%	14,20%	30.252	-	mar/26	Capital de giro
	SOFR + 1,30% ⁽ⁱⁱ⁾	6,65%	487.544	-	jan/25	Capital de giro
Sênior Notes 2028	Pré-fixado (US\$) ⁽ⁱⁱⁱ⁾	5,25%	2.178.449	2.196.083	jan/28	Investimento
Sênior Notes 2032	Pré-fixado (US\$) ^(iv)	4,20%	2.066.885	2.124.051	jan/32	Investimento
ECA	Euribor + 0,58% (EUR) ^(v)	4,52%	48.849	68.455	set/26	Investimento
CCB	IPCA ^(vi)	5,41%	954.205	806.028	jan/48	Capital de giro
			8.296.937	8.264.814		
Debêntures						
Debêntures não conversíveis	IPCA + 3,60% ^(vii)	8,19%	413.881	367.476	dez/30	Investimento
	IPCA + 3,90% ^(viii)	8,50%	1.113.820	1.048.252	out/29	Investimento
	IPCA + 4,00% ^(ix)	8,61%	1.077.140	941.203	dez/35	Investimento
	IPCA + 4,50% ^(x)	9,13%	1.596.910	1.523.383	jun/31	Investimento
	IPCA + 4,54% ^(xi)	9,17%	254.232	80.987	jun/36	Investimento
	IPCA + 4,68% ^(xii)	9,32%	396.201	518.680	fev/26	Investimento
	IPCA + 4,77% ^(xiii)	9,41%	773.556	632.440	jun/31	Investimento
	IPCA + 5,73% ^(xiv)	10,41%	551.709	537.261	out/33	Investimento
	IPCA + 5,99% ^(xv)	10,69%	470.177	435.780	jun/32	Investimento
	IPCA + 6,80% ^(xvi)	11,53%	1.004.762	893.852	abr/30	Investimento

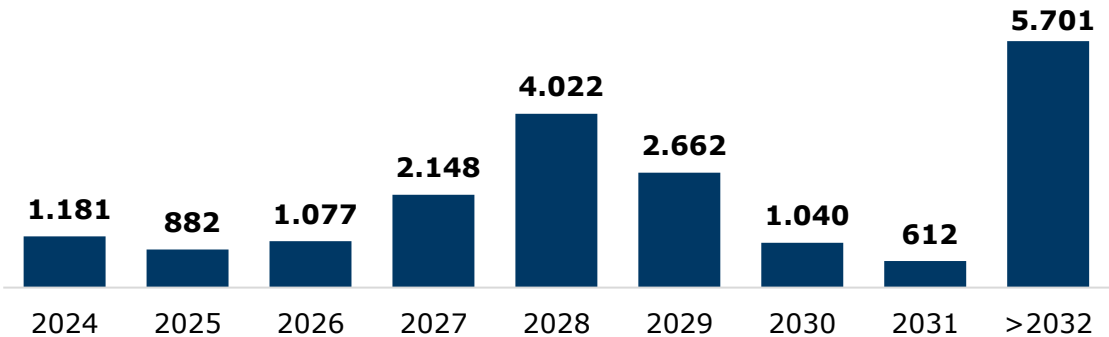
2.1 Condições financeiras e patrimoniais

CDI + 1,30%	13,10%	759.390	759.175	out/27	Investimento
CDI + 1,79%	13,65%	753.435	754.785	jun/27	Investimento
IPCA + 5,76% ^(xvii)	10,45%	753.439	-	ago/29	Investimento
IPCA + 6,18% ^(xviii)	10,88%	749.252	-	mai/33	Investimento
		10.667.904	8.493.274		
Total		18.964.841	16.758.088		

O gráfico abaixo mostra a composição da dívida no exercício social findo em 2023:



O gráfico abaixo mostra o cronograma de vencimentos referente ao exercício social findo em 2023 em (R\$/MM):



Apresentamos a seguir a descrição dos principais contratos financeiros celebrados pela Companhia e suas controladas, vigentes em 31 de dezembro de 2023:

Senior Notes 2028

Em julho de 2020 foi aprovada a precificação e colocação de títulos de dívida no mercado internacional, Senior Notes due 2028 (Green Bond), de emissão da subsidiária Rumo Luxembourg S.à.r.l, sociedade organizada conforme as leis de Luxemburgo no valor total de US\$ 500 milhões (equivalente a R\$ 2.178,4 milhões em 31 de dezembro de 2023), com taxa pré fixada de 5,25% a.a. e vencimento em janeiro de 2028.

O Senior Notes 2028 foi a primeira emissão Green do setor de ferrovias de carga na América Latina. A Companhia tem o compromisso de utilizar os recursos no

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

financiamento total ou parcial de projetos em andamento e futuros, que contribuam para a promoção de um setor de transporte de baixo carbono e com uso eficiente de recursos no Brasil. Os projetos elegíveis estão distribuídos nas áreas de “Aquisição, substituição e atualização de material rodante”, “Infraestrutura para duplicação de trechos ferroviários, novos pátios e extensões de pátios”, e “Modernização da ferrovia”. A companhia emite anualmente um relatório demonstrando o andamento dos projetos, que pode ser acessado diretamente na página de Relações com Investidores.

Senior Notes 2032

Em 22 de setembro de 2021, a Companhia captou recursos no exterior através de emissão de Bond (Senior Notes) com metas sustentáveis vinculadas à redução na emissão de gás carbônico (Sustainability-Linked Bonds), no montante de US\$ 500,0 milhões (equivalente a R\$ 2.066,9 em 31 de dezembro de 2023), com taxa pré fixada de 4,20%a.a. e vencimento em janeiro de 2032. Os recursos líquidos dessa operação serão destinados à propósitos corporativos, incluindo o pré- pagamento de dívidas.

O Senior Notes 2032 foi uma emissão com a meta sustentável de redução de 17,6% até 2026 de emissões de gases de efeitos estufa por tonelada de quilômetro útil (TKU), tendo como ponto de partida a data base de dezembro de 2020. A companhia está sujeita ao step-up de 25 basis points a partir de julho de 2027 caso não atinja essa meta, o que aumentaria a taxa de juros para 4,45% a.a.

BNDES

Correspondem a recursos captados pela Companhia e por suas controladas, através dos instrumentos FINEN e FINAME, destinados ao financiamento dos projetos de expansão do segmento de logística e são destinados a investimentos no ativo imobilizado e ativo intangível. Os contratos firmados têm como garantia avais da Companhia, fianças bancárias, cessão fiduciária de recebíveis e a transferência da propriedade fiduciária dos bens descritos nos respectivos contratos.

O montante total de endividamento, nos termos dos contratos de financiamento em 31 de dezembro de 2023, era de R\$ 2.338,9 milhões. A maioria destes contratos de financiamento estão sujeitos a taxas de juros fixas, acrescidas da TJLP e TLP, com vencimento entre 2024 e 2031.

Os recursos advindos do BNDES são utilizados para investimentos em projetos específicos, previamente aprovados pelo banco e estão relacionados à expansão, reforma e modernização dos ativos da Companhia, em particular vagões, locomotivas e terminais de transbordo.

Os contratos de financiamento celebrados com o BNDES são garantidos pelas subsidiárias da Companhia e por garantias bancárias. Os valores garantidos e as condições aplicáveis a estas garantias refletem o saldo devedor atualizado de cada contrato de financiamento. As garantias bancárias possuem prazo de

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

vigência de, pelo menos, dois anos. Caso essas garantias não sejam renovadas, o BNDES terá o direito de declarar vencida antecipadamente as obrigações subjacentes.

Os contratos de financiamento da Companhia com o BNDES estão sujeitos à legislação aplicável aos contratos do BNDES, como, por exemplo, as Disposições Aplicáveis aos Contratos do BNDES e Normas e Instruções de Acompanhamento do BNDES. O BNDES estabelece determinadas condições aplicáveis a estes contratos de financiamento, entre elas:

- A obrigação de evidenciar o uso adequado da destinação dos recursos definidos no projeto;
- Requerimento que permita ao BNDES e seus representantes de realizar auditorias relacionadas à destinação dos recursos;
- A obrigação de manter o BNDES informado de qualquer decisão interna que possa afetar as receitas ou o preço de títulos emitidos pelo financiado e/ou garantidor, conforme o caso, ou a rentabilidade ou produtividade do financiado;

Restrição para a concessão de preferência a outros créditos, amortização de ações, emissão de debêntures e partes beneficiárias ou assunção de novas dívidas sem prévia autorização do BNDES, exceto por: (a) empréstimos para atender aos negócios de gestão ordinária ou com a finalidade de mera reposição ou substituição de material; ou (b) descontos de efeitos comerciais resultantes da venda ou prestação de serviços;

- Restrição para a modificação do controle efetivo, direto ou indireto, sem a prévia e expressa autorização do BNDES;
- Vencimento antecipado cruzado (cross default) no caso de inadimplemento de qualquer obrigação da devedora ou de qualquer entidade integrante do seu grupo econômico, ou ainda, de qualquer garantidor, perante o BNDES ou qualquer de suas subsidiárias;
- A obrigação de cumprir com determinadas solicitações do BNDES, de autoridades federais, estaduais ou municipais, relacionados a assuntos ambientais;
- Restrições à alienação ou criação de ônus sobre determinados bens do ativo permanente, exceto quando o consentimento anterior do BNDES é obtido ou quando os ativos são (a) inutilizáveis ou obsoletos, ou (b) substituído por novos ativos com o mesmo objetivo.

Determinados contratos firmados com o BNDES preveem obrigações não-financeiras adicionais àquelas previstas na estrutura do BNDES, tais como o dever de (i) se abster de onerar bens em garantia, (ii) manter o BNDES informado a respeito de processos contra a Companhia, suas subsidiárias e gerentes, (iii) implementar determinados projetos sociais, e (iv) adotar medidas para mitigar os impactos ambientais de suas operações.

Os contratos de financiamento celebrados com o BNDES incluem, ainda, certas obrigações não financeiras que, se violadas, podem resultar no vencimento antecipado do referido contrato, como:

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

- Julgamentos desfavoráveis em certas ações penais apresentadas contra a Companhia, suas subsidiárias e gerentes;
- Reduções na força de trabalho feitas sem oferecer oportunidades de realocação para outros empregos ou programas de treinamento para outras oportunidades de emprego;
- Alteração dos documentos societários do financiado para incluir provisões para votação da grande maioria ou restringir a capacidade dos acionistas controladores de exercer controle; e
- A emissão de ordens judiciais não convocatórias relativas à discriminação racial ou de gênero, ou violação de leis trabalhistas infantis, leis trabalhistas contra trabalho escravo ou leis ambientais.

Além disso, determinadas subsidiárias da Companhia celebraram alguns contratos com o BNDES por meio dos quais instituições financeiras autorizadas, atuando como intermediárias, financiam o empréstimo. A maioria desses financiamentos estão sujeitos a taxas de juros pré-fixadas e com vencimento entre 2024 e 2025.

Em 31 de dezembro de 2023, o montante de endividamento relativo a tais contratos era de R\$ 128,5 milhões.

Os recursos advindos do BNDES são utilizados pela Companhia e suas subsidiárias para aquisição de maquinário novo, equipamento e computadores, bem como ativos automatizados fabricados no Brasil. Parte desses contratos é garantida por (i) alienação fiduciária dos equipamentos financiados; ou (ii) cessão fiduciária de recebíveis. Os outros contratos possuem fianças bancárias em garantia.

Nota de Crédito de Exportação – NCE

A nota de crédito à exportação (NCE) é lastreadas em receita de transporte de mercadorias destinadas à exportação, mediante comprovação, tendo sido contratada junto ao (i) Banco Itaú S.A. (“Itaú”); (ii) Banco Santander S.A. (“Santander”); (iii) Banco Bradesco S.A. (“Bradesco”), (iv) Banco do Brasil S.A. (“Banco do Brasil”); e (v) Banco Citibank (“Citibank”) com saldo de R\$ 709,6 milhões em 31 de dezembro de 2023.

Para internação dos recursos da Senior Notes 2025 (pré-paga em 14 de janeiro de 2022), a controlada Rumo Malha Norte emitiu uma NCE em favor do Itaú, em 27 de abril de 2018, no montante de US\$ 500,0 milhões, com vencimento em 15 de janeiro de 2025. Por estratégia da Companhia, em 17 de novembro de 2021 foi realizado o pré-pagamento parcial de US\$ 250,0 milhões dessa NCE, com o saldo de US\$ 250,0 milhões restantes, esse instrumento foi aditado para compor a internalização da Senior Notes 2032.

Para intenalização dos recursos do Senior Notes 2028, as controladas Rumo Malha Central e Rumo Malha Paulista emitiram duas NCEs em favor do Banco Itaú, em 02 de março de 2021, no montante de de US\$ 300,0 milhões e US\$ 200,0 milhões, respectivamente.

Após o pré-pagamento de US\$ 250,0 milhões da NCE da Senior Notes 2025, o

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

instrumento foi aditado para que os US\$ 250,0 milhões restantes passassem a integrar à estratégia de internalização dos recursos do Senior Notes 2032 pela controlada Rumo Malha Norte. Em 10 de dezembro de 2021 outra NCE foi emitida, agora em nome da controlada Rumo Malha Sul, para internalizar os US\$ 250,0 milhões restantes.

As NCE's celebradas com o Itaú preveem o vencimento antecipado por descumprimento de determinadas obrigações comuns não financeiras, tais como:

- Mudança, transferência ou cessão, direta ou indireta, do controle societário/acionário efetivo, ou ainda, a cisão, fusão ou incorporação da Rumo Malha Central, Rumo Malha Paulista, Rumo Malha Norte e Rumo Malha Sul ("emitentes") sem a prévia autorização do Itaú, excetuadas as operações societárias realizadas dentro do grupo econômico da Cosan S.A.;
- Falta de cumprimento, pelas emitentes, de qualquer obrigação, principal ou acessória, contraída junto ao Itaú em decorrência da NCE ou de qualquer outro contrato celebrado pela Rumo Malha Norte com o Itaú e/ou com qualquer outra empresa ligada/coligada/controlada de forma direta e/ou indireta, do/pelo Itaú; e
- Vencimento antecipado de qualquer outro contrato, nota ou instrumento firmado pelas emitentes com o Itaú ou com qualquer outra sociedade pertencente ao mesmo grupo econômico do Itaú.

Debêntures

Em 22 de fevereiro de 2019, a controlada Rumo Malha Norte realizou uma oferta pública de debêntures, no valor total de R\$ 500,0 milhões ao custo de IPCA + 4,68% com vencimento em fevereiro de 2026.

Em 19 de março de 2019, captou recursos por meio de uma oferta pública, com esforços restritos, de debêntures no valor total de R\$ 600,0 milhões ao custo de IPCA + 4,50% com vencimento em fevereiro de 2029.

Em 06 de novembro de 2019 captou recursos por meio de uma oferta pública, com esforços restritos, de debêntures no valor total de R\$ 1.129,1 milhões, dividida em duas séries, a primeira no valor de R\$ 906,9 milhões ao custo de IPCA + 3,90% e a segunda no valor de R\$ 222,3 milhões ao custo de IPCA + 4,00%, ambas com vencimento em outubro de 2029.

Em 14 de maio de 2020, a Companhia captou recursos por meio de uma oferta pública, com esforços restritos, de debêntures no valor total de R\$ 800,0 milhões ao custo de IPCA + 6,80%, com vencimento em abril de 2030.

Em 3 de fevereiro de 2021 a Companhia realizou uma emissão de debêntures não conversíveis em ações, escriturais e nominativas, em duas séries de vasos comunicantes, sendo a primeira com prazo de vencimento em 15 de dezembro de 2030 atualizadas pela variação acumulada do IPCA + 3,60%, e a segunda com prazo de vencimento em 15 de dezembro de 2035 atualizadas pela variação acumulada do IPCA + 4,00%, no valor total de R\$1.200,0 milhões.

Em 30 de abril de 2021 a controlada Rumo Malha Paulista realizou uma emissão

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

de debêntures não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em duas séries de R\$ 750,0 milhões com valor total de R\$1.500,0 milhões. A primeira série tem o prazo de seis anos a um custo médio de CDI + 1,79%, já a segunda tem o prazo de dez anos a um custo médio de IPCA + 4,77%. As duas séries terão pagamentos de juros semestrais e os recursos dessa captação serão utilizados para investimento.

A 2ª Debênture da Malha Paulista está atrelada à meta sustentável da redução de emissões de gases de efeitos estufa por tonelada de quilômetro útil (TKU) em 15% até 2023, tendo como ponto de partida a data base de dezembro de 2019. A Companhia será beneficiada com step-down de 25 basis points em cada série caso atinja essa meta, o que reduziria a taxa a partir de 2024 para CDI + 1,54% na 1ª série e IPCA + 4,52% na 2ª série.

Em 06 de julho de 2021 a Companhia captou um montante de R\$ 1.043,4 milhões em debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, divididas em duas séries, sendo que a primeira possui um montante de R\$ 784,7 milhões com taxa de IPCA + 4,50% e prazo de 10 anos, enquanto a segunda é de R\$ 258,9 milhões com taxa de IPCA + 4,54% e prazo de 15 anos. Ambas as séries terão pagamentos de juros semestrais e amortização de principal nos 3 últimos anos. Os recursos dessa captação serão utilizados para investimento.

Em 22 de outubro de 2021 a controlada Rumo Malha Paulista realizou uma emissão de debêntures não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em duas séries de R\$ 750,0 milhões e R\$ 500,0 milhões com valor total de R\$ 1.250,0 milhões. A primeira série tem o prazo de seis anos a um custo de CDI + 1,30% enquanto a segunda tem o prazo de doze anos indexada a IPCA + 5,73%. As duas séries terão pagamentos de juros semestrais e do principal no vencimento. Os recursos dessa captação serão utilizados no âmbito de seus negócios de gestão ordinária e investimentos em infraestrutura.

Em 28 de dezembro de 2022 a controlada Rumo Malha Paulista realizou uma emissão de debêntures não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em série única, no valor total de R\$ 434,0 milhões com vencimento em 10 anos atualizadas pela variação acumulada do IPCA + 5,99%. Os recursos captados serão utilizados para investimentos em projetos de tecnologia ferroviária e pagamentos de outorgas, arrendamento e concessão.

Em 15 de setembro de 2023, a Companhia realizou uma emissão no montante de R\$ 1.500,0 milhões em debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, divididas em duas séries, sendo que a primeira possui um montante de R\$ 750,0 milhões com taxa de IPCA + 5,76% a.a. e prazo de 6 anos, enquanto a segunda é de R\$ 750,0 milhões com taxa em IPCA + 6,183% a.a. e prazo de 10 anos. Ambas as séries terão pagamentos de juros semestrais e amortização de principal no último ano de vigência da respectiva série. Os recursos dessa captação serão utilizados para investimentos, pagamentos

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

futuros ou reembolso de gastos, despesas ou dívidas relacionadas ao projeto de investimento em infraestrutura na área do transporte e logística no setor ferroviário da controlada Rumo Malha Paulista.

A 17ª Debênture da Rumo S.A. está atrelada a meta sustentável da redução de (i) 17,6% das toneladas de emissões diretas de gases de efeito estufa por quilômetro útil (TKU) até 2026; e (ii) 21,6% até 2030, tendo como referência o ano de 2020. A companhia está sujeita ao step-up de 25 basis points na 1ª série e 20 basis points na 2ª série caso não seja atingido o SKPI em 2026 e acréscimo de 5 basis points na 2ª série caso não seja atingido o SKPI em 2030.

As debêntures vigentes e mencionadas acima possuem cláusulas de covenants financeiros, sendo as cláusulas mais restritivas as discriminadas detalhadamente no item (iv), deste tópico.

Além disso, as escrituras das debêntures acima descrita preveem determinadas hipóteses de vencimento antecipado, que incluem, entre outras:

- Declaração de vencimento antecipado de quaisquer obrigações pecuniárias relacionadas a operações financeiras e/ou a operações no mercado de capitais local ou internacional, da Companhia, com valor individual ou agregado superior a R\$ 50,0 milhões;

Cisão, fusão ou incorporação, inclusive incorporação de ações, da Companhia ou, ainda, qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo a Companhia, seja esta reorganização estritamente societária ou realizada mediante disposição de ativos, sem a prévia autorização dos debenturistas, exceto se tais operações forem realizadas dentro do grupo econômico formado por todas as sociedades direta ou indiretamente controladas pela Companhia ("Grupo Econômico"), e desde que, conforme aplicável, as obrigações decorrentes da fiança sejam assumidas, em sua integralidade, por eventuais sucessoras da Companhia;

- Mudança do controle acionário, direto ou indireto da Companhia, exceto (a) se previamente aprovado por debenturistas representando 90% das debêntures em circulação; ou (b) se a Cosan S.A. permanecer como controladora direta ou indireta da Companhia, individualmente ou por meio de bloco de controle;

- Aprovação de pagamento de dividendos aos acionistas da Companhia, incluindo dividendos a título de antecipação e/ou rendimentos sob forma de juros sobre capital próprio, quando a Companhia não observar os índices financeiros abaixo descritos ou estiver em mora com relação a qualquer de suas obrigações decorrentes das debêntures, exceto se previamente autorizado por debenturistas representando, no mínimo, 90% das debêntures em circulação, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo legal obrigatório previsto no estatuto social da Companhia; concessão de mútuos, adiantamentos ou quaisquer espécies de empréstimos pela Companhia a qualquer outra sociedade, integrante ou não do Grupo econômico, exceto (a) para sociedades controladas, direta ou indiretamente, pela Companhia e cujas demonstrações financeiras sejam consolidadas nas demonstrações financeiras

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

da Companhia; ou (b) se previamente autorizado por debenturistas representando, no mínimo, 90% das debêntures em circulação;

- Inadimplemento de qualquer obrigação pecuniária relacionada a operações financeiras e/ou operações no mercado de capitais local ou internacional, da Companhia, com valor individual ou agregado superior a R\$ 50,0 milhões, exceto se o inadimplemento for sanado nos prazos de cura previstos nos respectivos instrumentos, se houver, e/ou se tal inadimplemento estiver em discussão entre a Companhia com o respectivo credor;
- Venda ou transferência de ativos relevantes da Companhia, incluindo participações societárias por elas detidas, direta ou indiretamente, exceto caso: (a) o valor integral da venda dos ativos seja reinvestido na Companhia e/ou em sociedades do Grupo Econômico; ou (b) a transferência seja realizada para sociedades cujas demonstrações financeiras sejam consolidadas nas demonstrações financeiras da Companhia;
- Não observância do seguinte índice financeiro pela Companhia para fins de covenants de alavancagem (Dívida Financeira Líquida/EBITDA): menor ou igual a 4,0x em 2018; 3,6x em 2019; 3,3x em 2020; 3,0x em 2021 e 3,5x a partir de 2022.

A 12ª e 13ª Debêntures da Companhia, possuem covenant contratual de alavancagem em 3,0x (três vezes). Contudo, as mesmas possuem um consentimento prévio (waiver) que permitem a emissora extrapolar esse índice até o limite de 3,5x até 31 de dezembro de 2027.

A 11ª, 12ª, 13ª e 14ª Debêntures da Companhia, possuem covenant contratual de Índice de Cobertura de Juros (EBITDA/Resultado Financeiro) maior ou igual a 1,40x em 2018; 1,70x em 2019; e 2,0x a partir de 2020.

O saldo devedor de todas as debêntures emitidas pela Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2023 era de R\$ 10.667,9 milhões.

Cédula de Crédito Bancário – CCB

Em 31 de dezembro de 2019 a controlada Rumo Malha Central assinou junto ao Banco da Amazônia a CCB de R\$ 800,0 milhões com vencimento em janeiro de 2048 para repasse dos recursos aprovados em nome do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) com objetivo de aquisição de material rodante para a Malha Central, do total do financiamento, o Banco da Amazônia faz os repasses de acordo com a comprovação de destinação dos recursos pela Companhia.

Em 22 de dezembro de 2020 a controlada Rumo Malha Central assinou junto ao Banco do Brasil a CCB de R\$ 200,0 milhões com vencimento em abril de 2041 para repasse dos recursos aprovados em nome do Fundo de Financiamento do Centro- Oeste (FCO) com utilização dos valores para construção do Terminal do Rio Verde (TRV), do total do financiamento, o Banco do Brasil faz os repasses de acordo com a comprovação de destinação dos recursos pela Companhia. Essa operação possui covenant financeiro de Alavancagem (Dívida Financeira Líquida/EBITDA) menor ou igual 3,5x.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Export Credit Agencies

Em 2019, as controladas Rumo Malha Paulista e Rumo Malha Sul celebraram com o Santander S.A. ("Santander"), o Facility Agreement com vencimentos em 2026. O contrato, com taxa de juros de EURIBOR + 0,58%, conta com garantia fidejussória prestada pela Rumo S.A.. O saldo em 31 de dezembro de 2023 era de R\$ 48,9 milhões.

O Facility Agreement prevê determinadas hipóteses de vencimento antecipado, que incluem, dentre outras:

- Evento de inadimplemento nos casos de (i) não pagamento de qualquer valor devido no âmbito de qualquer contrato financeiro com valor individual ou agregado, igual ou superior a US\$ 50,0 milhões (ou equivalente em moeda corrente no momento do evento) em nome do garantidor ou US\$ 20,0 milhões (ou equivalente em moeda corrente no momento do evento) em nome dos emitentes; e/ou (ii) evento de inadimplemento causado por ação ou omissão de qualquer das partes acima mencionadas, no âmbito de qualquer contrato financeiro com valor individual ou agregado, igual ou superior a US\$ 50,0 milhões (ou equivalente em moeda corrente no momento do evento) em nome do garantidor ou US\$ 20,0 milhões (ou equivalente em moeda corrente no momento do evento) em nome dos emitentes, que resulte no vencimento antecipado do referido contrato.
- Observância, pela Companhia, da relação da Dívida Líquida/EBITDA para fins de covenants menor ou igual a 4,0x em 2018; 3,6x em 2019; 3,3x em 2020; e 3,5x a partir de 2021; e (ii) Índice de Cobertura de Juros EBITDA/Resultado Financeiro maior ou igual a 1,40x em 2018; 1,70x em 2019; e 2,0x a partir de 2020.

ii. outras relações de longo prazo mantidas com instituições financeiras

A Companhia possui relações de longo prazo com diversas instituições financeiras nacionais que, ao longo dos últimos anos, viabilizaram o crescimento de suas atividades por meio de empréstimos e financiamentos, com destaque para o BNDES, que desembolsou para a Companhia recursos no montante de R\$ 1.133,5 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, R\$ 474,8 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 e R\$ 1.458,1 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020.

iii. grau de subordinação entre as dívidas

Nenhuma das dívidas da Companhia existentes em 31 de dezembro de 2023 possui cláusula específica de subordinação, de forma que não há relação de preferência entre as mesmas. O grau de subordinação entre as dívidas da Companhia é determinado de acordo com as disposições da legislação em vigor. Determinados empréstimos e financiamentos da Companhia são garantidos por alienação fiduciária dos bens objeto de financiamento, penhor de direitos creditórios, penhor de receitas, entre outros.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Em relação aos limites de endividamento, a Companhia e suas controladas estão sujeitas a determinadas cláusulas restritivas existentes na maioria dos contratos de empréstimos e financiamentos, com base em determinados indicadores financeiros e não financeiros – limitando indiretamente o nível de endividamento. Os indicadores financeiros consistem na razão entre: (i) Dívida Líquida (dívidas bancárias, debêntures, arrendamentos mercantis financeiros menos de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, caixa restrito de aplicações financeiras vinculadas a empréstimos e instrumentos financeiros derivativos, líquidos)/EBITDA (lucro antes do imposto de renda e contribuição social, despesa financeira líquida, depreciação e amortização); (ii) EBITDA/Resultado Financeiro Consolidado (Soma de despesas financeiras oriundas de financiamentos bancários, operações de mercado de capitais, resultado líquido de Operações de Derivativos e variações monetárias e cambiais ativas e passivas; (ii) menos receitas financeiras de aplicações financeiras.). A apuração é anual na data das demonstrações financeiras, utilizando os resultados consolidados da Companhia.

O ratio pactuado é de até 3,5x Dívida Líquida/EBITDA e Índice de Cobertura de Juros mínimo de 2,0x EBITDA/Resultado Financeiro, limites que estavam sendo atendidos pela Companhia em 31 de dezembro de 2023.

Em relação à distribuição de dividendos, não há uma ressalva se a Companhia e suas controladas estiverem adimplentes com as obrigações previstas nos contratos de empréstimos e financiamentos.

Existem contratos que preveem restrições para a distribuição de dividendos se a Companhia estiver em mora ou estiver com Covenants de Dívida Financeira Líquida/EBITDA > 3,5x, sendo que, neste caso, veda-se a distribuição de dividendos a título de antecipação e/ou rendimentos sem a aprovação previa do credor – exceto a distribuição mínima obrigatória prevista na Lei das Sociedades por Ações.

Com relação à alienação de ativos, a Companhia detém alguns contratos que vedam a alienação se não for objeto de aprovação prévia pelo credor.

Em se tratando da alienação do controle societário, a Companhia possui diversos contratos que vedam alteração do controle societário, porém trazem a ressalva de alteração do controle societário efetivo. Isto é, se a Cosan S.A. permanecer como controladora direta ou indireta da Companhia o evento não será considerado hipótese de vencimento antecipado. Por outro lado, se o controle societário for transferido a terceiros fora do grupo, será caracterizado como Evento de Inadimplemento e o credor poderá vencer o contrato antecipadamente.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia e suas controladas cumpriam com todas as obrigações decorrentes de seus contratos financeiros, inclusive os covenants financeiros descritos no parágrafo acima, nos termos repactuados.

As principais linhas de empréstimos da Companhia estão sujeitas a cláusulas restritivas, com base em indicadores financeiros e não financeiros, que variam de contrato para contrato. A tabela a seguir lista as dívidas e os indicadores financeiros. Os contratos possuem redações ligeiramente distintas sobre a definição dos indicadores de covenants e, dentre elas, os índices reportados utilizam a interpretação mais conservadora dos ajustes previstos nas fórmulas:

Indicador	Empresa	Dívida	Meta	Apuração
Alavancagem = Dívida Líquida ⁽ⁱ⁾ / EBITDA ⁽ⁱⁱ⁾	Rumo S.A.	Senior Notes 2028		
		Senior Notes 2032		
		ECA	≤ 3,5x	1,81x
		NCE		
		Debêntures ^(iv)		
	Brado	NCE	≤ 3,3x	1,18x
ICJ = EBITDA/Resultado Financeiro ⁽ⁱⁱⁱ⁾	Rumo S.A.	Debêntures (11 ^a , 12 ^a , 13 ^a e 14 ^a)	≥ 2,0x	3,84x
		ECA		

(i) A dívida financeira líquida é composta por dívidas bancárias, debêntures, arrendamentos mercantis considerados como leasing financeiro deduzidos de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, caixa restrito de aplicações financeiras vinculadas a empréstimos e instrumentos derivativos.

(ii) Lucro antes do imposto de renda e contribuição social, despesa financeira líquida, depreciação e amortização.

(iii) O resultado financeiro consolidado é representado pelo custo da dívida líquida consolidada.

(iv) As Debêntures 12^a e 13^a emissões, possuem covenant contratual de alavancagem em 3,0x (três vezes). Contudo, as mesmas possuem consentimentos prévios (waiver) que permitem à emissora extrapolar esse índice até o limite de 3,5x até 31 de dezembro de 2027.

Tendo em vista que a metodologia para apuração dos componentes dos índices financeiros é estipulada de modo específico em cada contrato de empréstimo e financiamento, não necessariamente esses valores correspondem aos valores de EBITDA e Dívida Líquida apresentados nos demais itens do Formulário de Referência ou aos índices contratuais estipulados.

g) limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia dispunha de linhas de crédito em bancos com rating AA, que não foram utilizadas, no valor total de R\$ 802,9 milhões.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia dispunha de linhas de crédito em bancos com rating AA, que não foram utilizadas, no valor total de R\$ 1.409,5 milhões.

Em 31 de dezembro de 2021, Companhia dispunha de linhas de crédito em bancos com rating AA, que não foram utilizadas, no valor total de R\$ 898,0 milhões.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

h) alterações significativas em resultado e fluxo de caixa

Os números e análises a seguir apresentados derivam das demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Companhia referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021, respectivamente.

Os termos “AH” e “AV” constantes das colunas de determinadas tabelas abaixo significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente. Serão explicadas variações horizontais (“AH”) acima de 5%, desde que a variação nominal supere R\$50,0 milhões.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 comparado ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022

31/12/2023	AV	31/12/2022	AV	AH 2023 x 2022
Receita operacional líquida	10.937.716 100,00%	9.841.508 100,00%		11,14%
Custos dos serviços prestados	-6.838.432 -62,52%	-6.695.148 -68,03%		2,14%
Lucro bruto	4.099.284 37,48%	3.146.360 31,97%		30,29%
Despesas comerciais, gerais e administrativas	-600.630 -5,49%	-499.193 -5,07%		20,32%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	-100.780 -0,92%	348.543 3,54%		-128,91%
Despesas operacionais	-701.410 -6,41%	-150.650 -1,53%		365,59%
Equivalência patrimonial em associadas	76.600 0,70%	40.462 0,41%		89,31%
Resultado antes do resultado financeiro líquido e do imposto de renda e contribuição social	3.474.474 31,77%	3.036.172 30,85%		14,44%
Resultado financeiro, líquido	2.555.382 -23,36%	2.329.035 -23,67%		9,72%
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	919.092 8,40%	707.137 7,19%		29,97%
Imposto de renda e contribuição social				
Corrente	-173.669 -1,59%	-411.436 -4,18%		-57,79%
Diferidos	-23.506 -0,21%	218.320 2,22%		-110,77%
Lucro/Prejuízo do exercício	721.917 6,60%	514.021 5,22%		40,45%
Prejuízo atribuído aos:				
Acionistas controladores	719.666 6,58%	514.940 5,23%		39,76%
Acionistas não controladores	2.251 0,02%	-919 -0,01%		-344,94%

Receita operacional líquida

Nossa receita líquida foi impactada por um aumento de R\$ 1.096,2 milhões ou 11,14% no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 quando comparado ao mesmo período de 2022, esse aumento reflete o aumento na receita de transporte ferroviário incluindo direito de passagem e Top. A receita líquida totalizou R\$ 4.099,3 milhões no ano de 2023 quando comparado a 2022, em função do aumento de 13,7% na tarifa consolidada e de 3,1% no volume transportado. O resultado reflete o momento construtivo para prestadores de serviços logísticos, com forte demanda para o transporte de commodities agrícolas. O desempenho também reforça melhora sequencial das condições de segurança e tráfego na região da Baixada Santista (SP) ao longo do ano. Durante o ano, o negócio de grãos apresentou crescimento de 4%, com destaque também para o aumento de 13% do volume de açúcar e 7% no transporte de fertilizantes.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Custos dos serviços prestados e Despesas comerciais, gerais e administrativas

Nossos custos de serviços aumentaram R\$ 143,3 milhões, ou 2,14%, de R\$ 6.695,1 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 para R\$ 6.838,4 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Nosso custo de serviços representa 62,52% de nossa receita líquida de serviços no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, em comparação com 68,03% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022. O custo variável reduziu em 10,4%, refletindo, por um lado, a redução de 16% no preço do combustível e, por outro lado, os maiores volumes transportados no período. Os custos fixos e despesas gerais e administrativas subiram 17,0%, foram impactos em cerca de R\$ 35 milhões por gastos de remediação dos incidentes de segurança pública, recolha e destinação de resíduos de produtos e limpeza de lastro. Além disso, maiores gastos com manutenções de via permanente e a escolha da Companhia em reforçar estruturas e processos, visando sustentar sua estratégia de crescimento de capacidade, ganho de eficiência e gerenciamento de riscos.

Para fins de análises das variações por natureza, são somados os montantes de custos e despesas. Os principais custos e despesas são: i) despesas com pessoal que totalizaram R\$ 1.303,7 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 contra R\$ 1.192,9 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, se mantendo basicamente igual ao exercício anterior, ii) custos de transporte e carregamento de terminais portuários, que reduziram para R\$ 2.775,9 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 contra R\$ 3.074,6 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, impactado principalmente pela redução do diesel e venda da Elevações Portuárias em novembro de 2022; (iii) o aumento em despesas com serviços de terceiros no exercício de 2023, basicamente decorre do ajuste de preços dos serviços ao longo do período, de R\$ 482,5 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 contra R\$ 460,3 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022; (iv) Aumento nos custos e despesas de depreciação e amortização, que totalizaram R\$ 2.175,8 milhões exercício findo em 31 de dezembro de 2023 contra R\$1.966,9 milhões exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Os custos de depreciação e amortização foram maiores devido ao termino de alguns projetos (os quais passam a sofrer depreciação ou amortização linear), incluindo trechos de via e compras de ativos.

Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

As outras receitas (despesas) operacionais, líquidas ficaram negativas em R\$ 100,8 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 em relação ao mesmo período de 2022 quando foram positivas em R\$ 348,5 milhões, a variação reflete os itens extraordinários relativos a 2022, como o ganho na alienação da participação societária da Elevações portuárias de R\$ 955,6 milhões; compensado por resultado negativo de demandas judiciais em 2022 de R\$238,7 milhões (R\$152,2 milhões em 2021) combinado com o efeito do fechamento do

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

acordo judicial em a empresa Farovia S.A. no valor de R\$ 396,8 milhões. Já em 2023 temos principalmente o resultado de efeitos de demandas judiciais no montante de R\$ 158,4 milhões combinado com R\$ 29,7 milhões de gastos com reforma de ativos locados; os mesmos foram parcialmente compensado por resultado na venda de sucata de R\$ 40,4 milhões e créditos fiscais extemporâneos de R\$ 33,4 milhões.

Resultado financeiro

O resultado financeiro em 2023 teve um aumento de cerca de 9,7% quando comparado a 2022. Principalmente, pelo maior custo da dívida líquida e à variação monetária sobre passivos de concessão, parcialmente compensado por menores adições de passivos de arrendamento. O portfólio de dívidas da Companhia é predominantemente atrelado ao CDI, seja contratualmente ou via instrumentos derivativos.

Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)

Nosso imposto de renda e contribuição social totalizou uma despesa de R\$ 197,2 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, comparado a uma despesa de R\$ 193,1 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Nossa alíquota efetiva consolidada para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi de 21,4%, inferior à taxa legal de 34,0%. Para fins de apuração da taxa efetiva a Companhia se utiliza do benefício relacionado à Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) que nos dá uma redução de 75% no imposto de renda (taxa de 25%) incidente sobre parcela expressiva do resultado fiscal da Malha Norte até 2023. No exercício de 31 de dezembro de 2023, o incentivo fiscal reconhecido referente a esse benefício foi de R\$ 279,9 milhões.

Lucro líquido (Prejuízo)

Registramos um lucro líquido no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 de R\$ 721,9 milhões, comparado a um lucro líquido de R\$ 514,0 milhões no exercício de 2022. Os principais fatores desse aumento foram o aumento do volume transportado combinado com a melhora operacional no período.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 comparado ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021

31/12/2022		AV	31/12/2021	AV	AH 2022 x 2021
Receita operacional líquida	9.841.508	100,00%	7.439.632	100,00%	32,28%
Custos dos serviços prestados	-6.695.148	-68,03%	-5.352.040	-71,94%	25,10%
Lucro bruto	3.146.360	31,97%	2.087.592	28,06%	50,72%
Despesas comerciais, gerais e administrativas	-499.193	-5,07%	-511.698	-6,88%	-2,44%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	348.543	3,54%	-69.017	-0,93%	-605,01%
Despesas operacionais	-150.650	-1,53%	-580.715	-7,81%	-74,06%
Equivalência patrimonial em associadas	40.462	0,41%	12.857	0,17%	214,71%
Resultado antes do resultado financeiro líquido e do imposto de renda e contribuição social	3.036.172	30,85%	1.519.734	20,43%	99,78%
Resultado financeiro, líquido	- 2.329.035	-23,67%	- 1.359.940	-18,28%	71,26%
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	707.137	7,19%	159.794	2,15%	342,53%
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	-411.436	-4,18%	-550.528	-7,40%	-25,27%
Diferidos	218.320	2,22%	546.475	7,35%	-60,05%
Lucro/Prejuízo do exercício	514.021	5,22%	155.741	2,09%	230,05%
Prejuízo atribuído aos:					
Acionistas controladores	514.940	5,23%	150.538	2,02%	242,07%
Acionistas não controladores	-919	-0,01%	5.203	0,07%	-117,66%

Receita operacional líquida

Nossa receita líquida foi impactada por um aumento de R\$2.401,9 milhões ou 32,28% no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 quando comparado ao mesmo período de 2021, esse aumento reflete o aumento na receita de transporte ferroviário incluindo direito de passagem e Top. A receita líquida totalizou R\$9.841,5 milhões no ano de 2022 quando comparado a 2021, em função do aumento de 16,6% na tarifa consolidada e de 17% no volume transportado. As tarifas refletiram o repasse dos ajustes do preço de combustível durante o ano, já o resultado no aumento do volume reflete uma dinâmica de mercado mais construtiva, com aumento da safra e maior competitividade da Rumo, suportado pelo aumento da capacidade, principalmente na Operação Norte. O transporte de produtos agrícolas foi o principal vetor de crescimento, com destaque para o aumento de volumes em milho e farelo de soja. O transporte de combustíveis também registrou aumento em comparação ao ano anterior.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Custos dos serviços prestados e Despesas comerciais, gerais e administrativas

Nossos custos de serviços aumentaram R\$1.343,1 milhões, ou 25,10%, de R\$5.352,0 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 para R\$6.695,1 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Nosso custo de serviços representa 68,03% de nossa receita líquida de serviços no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, em comparação com 71,94% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021. O custo variável subiu 45,2%, ainda em razão do aumento do gasto com combustível foi decorrente dos maiores volumes transportados e do preço do combustível, que subiu 42% no ano, apesar de um ganho de eficiência energética de 6%. Os custos fixos e despesas gerais e administrativas subiram 11,7%, majoritariamente em decorrência dos maiores gastos em outros custos de operação, como resultado de maior concentração de manutenção no trimestre e maiores gastos com serviços de segurança e facilities.

Para fins de análises das variações por natureza, são somados os montantes de custos e despesas. Os principais custos e despesas são: i) despesas com pessoal que totalizaram R\$1.192,9 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 contra R\$1.153,7 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, se mantendo basicamente igual ao exercício anterior, ii) custos de transporte e carregamento de terminais portuários, que aumentaram para R\$3.074,6 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 contra R\$2.128,0 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, impactado principalmente pela alta do preço do frete rodoviário e do aumento do custo de diesel.; (iii) o aumento em despesas com serviços de terceiros no exercício de 2022, basicamente decorre do ajuste de preços dos serviços ao longo do período, de R\$460,3 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 contra R\$397,2 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021; (iv) Aumento nos custos e despesas de depreciação e amortização, que totalizaram R\$1.966,9 milhões exercício findo em 31 de dezembro de 2022 contra R\$1.830,7 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, Os custos de depreciação e amortização ficaram praticamente estáveis no trimestre, em função de revisões de vida útil em terminais da Operação Norte e da suspensão da depreciação na empresa Elevações Portuárias S.A. desde o mês de agosto de 2022, encerrando o período com aumento de 7%; e (v) outras despesas no valor de R\$310,9 milhões em 31 de dezembro de 2022 contra R\$199,1 milhões em 2021.

Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

As outras receitas (despesas) operacionais, líquidas ficaram positivas em R\$348,5 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 em relação ao mesmo período de 2021 quando foram negativas em R\$69,0 milhões, o resultado pode ser explicada principalmente pela receita de venda de sucata de R\$101,8 milhões (R\$64,6 milhões em 2021), créditos fiscais extemporâneos de

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

R\$97,8 milhões (R\$49,9 milhões em 2021) e ganho na alienação da participação societária da Elevações portuárias de R\$ 955,6 milhões; compensado por resultado negativo de demandas judiciais em 2022 de R\$238,7 milhões (R\$152,2 milhões em 2021), reforma de ativos alocados devido ao impairment da MO de R\$32,9 milhões em 2022, liquidação de disputas do processo de renovação de outorga de R\$ 90,0 milhões e efeito do fechamento do acordo judicial em a empresa Farovia S.A. no valor de R\$ 396,8 milhões.

Resultado financeiro

O resultado financeiro em 2022 teve um aumento de cerca de 71,26% quando comparado a 2021. A variação monetária sobre os passivos de concessão e o custo da dívida abrangente líquida cresceram majoritariamente em função do aumento da taxa SELIC e consequente impacto no CDI, principais indexadores dos passivos de concessão e das dívidas da Companhia. O portfólio de dívidas está predominantemente atrelado ao CDI, seja contratualmente ou via instrumentos derivativos

Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)

Nosso imposto de renda e contribuição social totalizou uma despesa de R\$193,1 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, comparado a uma despesa de R\$4,1 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021. A variação de R\$189,1 milhões no imposto corrente em 2022, se deve principalmente à tributação do ganho auferido pela venda de participação acionária da Empresa Elevações Portuárias finalizado em novembro de 2022. Nossa alíquota efetiva consolidada para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi de 27,31%, inferior à taxa legal de 34%. Para fins de apuração da taxa efetiva a Companhia se utiliza do benefício relacionado à Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) que nos dá uma redução de 75% no imposto de renda (taxa de 25%) incidente sobre parcela expressiva do resultado fiscal da Malha Norte até 2023. No exercício de 31 de dezembro de 2022, o incentivo fiscal reconhecido referente a esse benefício foi de R\$ 197,0 milhões.

Lucro líquido (Prejuízo)

Registramos um lucro líquido no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 de R\$514,0 milhões, comparado a um lucro líquido de R\$155,7 milhões no exercício de 2021. Os principais fatores desse aumento foram Conclusão da venda da participação acionária de 80% na Elevações Portuárias S.A. ("EPSA"), pelo montante de R\$ 1.400,0 milhões, somado ao recebimento de R\$ 150 milhões adicionais em proventos combinado com o volume transportado alcançou 74,9 bilhões de TKU no ano 2022, crescimento de 17% em relação a 2021.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA

A seguir apresentamos os principais fatores que afetaram os principais componentes do fluxo de caixa:

(em R\$ mil, exceto %)	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021	2023 x 2022	2022 x 2021
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	5.450.997	4.830.993	3.340.015	12,8%	44,6%
Caixa líquido utilizado (gerado) nas atividades de investimento	-3.905.723	-886.313	-3.355.254	340,7%	-73,6%
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de financiamento	-1.696.474	-5.983.722	1.297.878	-71,6%	-561,0%
Impacto da variação cambial nos saldos de caixa e equivalentes de caixa	-227	-23.730	386.948	-99,0%	-106,1%
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	-151.427	-2.062.772	1.669.587	-92,7%	-223,5%
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	7.385.421	9.448.193	7.778.606	-21,8%	21,5%
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	7.233.994	7.385.421	9.448.193	-2,05%	-21,83%

Exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 comparado ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022

Caixa líquido gerado nas atividades operacionais

O caixa líquido gerado pelas operações aumentou para R\$ 5.451,0 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, quando comparado ao caixa líquido gerado pelas atividades operacionais de R\$ 4.831,0 milhões exercício de 2022. Esse aumento é devido ao aumento do volume de transporte em 3,1% na comparação entre os anos, a tarifa impactou positivamente na geração da receita de transporte. Os fluxos de caixa gerado pelas atividades operacionais foram impactados por um aumento na provisão para demandas judiciais, outros tributos, líquidos; e outras contas de ativos/passivos.

Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento

O caixa utilizado nas atividades de investimentos foi de R\$ 3.905,7 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e em comparação ao exercício findo em

31 de dezembro de 2022, que foi de R\$ 886,3 milhões e pode ser explicado principalmente em razão do aumento na utilização de recursos no pagamento de CAPEX da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 de R\$ 3.689,9 milhões, em comparação a R\$ 2.717,7 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento

Nosso caixa líquido utilizado pelas atividades de financiamento foi de R\$ 1.696,5 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, quando comparado ao caixa líquido gerado nas atividades de financiamento de R\$ 5.983,7 milhões no exercício em 31 de dezembro de 2022. A Companhia amortizou dívidas

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

(principal+juros) no montante de R\$ 2.535,5 milhões, a Companhia também efetuou pagamentos de (principal+juros) de arrendamentos mercantis (concessão) no montante de R\$ 566,9 milhões, além de pagamentos dos instrumentos derivativos no valor de R\$ 1.126,5 milhões. A companhia captou recursos no montante de R\$ 2.770,7 milhões ao longo de 2023.

Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício

O saldo de caixa e equivalente de caixa sofreram um decréscimo de R\$ 151,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 contra um acréscimo R\$ 2.062,8 milhões em 2022, essa redução decorre das atividades operacionais, de investimento e financiamento acima mencionadas. Adicionalmente, boa parte das disponibilidades consolidada da Companhia é classificada como caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, apresentando estes em 2023 e 2022 um saldo final de R\$ 8.630,1 milhões e R\$ 8.225,5 milhões respectivamente.

Exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 comparado ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021

Caixa líquido gerado nas atividades operacionais

O caixa líquido gerado pelas operações aumentou para R\$4.831,0 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, quando comparado ao caixa líquido gerado pelas atividades operacionais de R\$3.340,0 milhões exercício de 2021. Esse aumento é devido ao aumento do volume em 17% na comparação entre os anos, a tarifa impactou positivamente na geração da receita de transporte. Os fluxos de caixa gerado pelas atividades operacionais foram impactados por um aumento na provisão para demandas judiciais, outros tributos, líquidos; e outras contas de ativos/passivos.

Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento

O caixa utilizado nas atividades de investimentos foi de R\$ 886,3 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 em comparação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, que foi de R\$3.355,3 milhõe e pode ser explicado principalmente em razão da redução na utilização de recursos no pagamento de CAPEX da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 de R\$2.717,7 milhões, em comparação a R\$3.453,4 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 compensado pela alienação da participação acionária da Elevações Portuárias de R\$1.208,5 milhões ocorrida em novembro de 2022.

Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento

Nosso caixa líquido utilizado pelas atividades de financiamento foi de R\$5.983,7 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, quando comparado ao caixa líquido gerado nas atividades de financiamento de R\$1.297,9 milhões no

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

exercício em 31 de dezembro de 2021. A Companhia amortizou dívidas (principal+juros) no montante de R\$5.296,4 milhões (incluindo a dívida de longo prazo Senior Notes 2025 no valor de R\$2.848,3 milhões) combinado com esses pagamentos a Companhia desmontou estruturas de hedges de proteção cambial pagando um caixa de R\$ 664,4 milhões relativo a instrumentos financeiros derivativos (incluindo desmonte total do hedge da Senior Notes 2025). A Companhia também efetuou pagamentos de (principal+juros) de arrendamentos mercantis (concessão) no montante de R\$548,5 milhões. A companhia captou recursos no montante de R\$ 693,1 milhões ao longo de 2022.

Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício

O saldo de caixa e equivalente de caixa sofreram um decréscimo de R\$2.062,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 contra um acréscimo R\$1.669,6 milhões em 2021, essa redução decorre das atividades operacionais, de investimento e financiamento acima mencionadas. Adicionalmente, boa parte das disponibilidades consolidada da Companhia é classificada como caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, apresentando estes em 2022 e 2021 um saldo final de R\$ 8.225,5 milhões e R\$ 10.874,9 milhões respectivamente.

2.2 Resultados operacional e financeiro

a) resultados das operações da Companhia, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita líquida da Companhia é originada essencialmente das seguintes atividades e fontes (i) transporte ferroviário de produtos agrícolas, produtos industriais e contêineres; (ii) elevações portuárias; (iii) direito de passagem de outras ferrovias; e (iv) receitas pelo transporte de açúcar por outras ferrovias ou pelo modal rodoviário.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia registrou uma receita líquida de R\$ 10.937,7 milhões, sendo que nesta data, as Operações Norte, Sul e de Contêineres representaram, R\$ 8.346,3 milhões, R\$ 2.032,7 milhões e R\$ 558,7 milhões, respectivamente.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia registrou uma receita líquida de R\$9.841,5 milhões, sendo que nesta data, as Operações Norte, Sul e de Contêineres representaram, R\$7.635,2 milhões, R\$1.739,4 milhões e R\$466,9 milhões, respectivamente.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia registrou uma receita líquida de R\$7.439,6 milhões, sendo que nesta data, as Operações Norte, Sul e de Contêineres representaram, R\$5.479,6 milhões, R\$1.624,1 milhões e R\$336,0 milhões, respectivamente.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Os resultados das operações da Companhia nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021 foram e continuarão a ser influenciados pelos seguintes principais fatores:

- ambiente macroeconômico brasileiro;
- movimentações políticas e econômicas internacionais;
- aquisições e venda de participações societárias, parcerias e reestruturações societárias;
- demanda por serviços logísticos;
- sazonalidade (safra e quebra de safra);
- flutuações cambiais;
- inflação;
- operações de hedge;
- volatilidade dos preços internacionais de petróleo (denominado em dólares) e mudanças correlatas nos preços domésticos de petróleo (denominado em reais), que impactem os resultados de transporte da Companhia;
- crescimento do Produto Interno Bruto no setor do agronegócio brasileiro, que pode impactar a demanda pelos serviços da Companhia e, consequentemente, os volumes distribuídos e vendas no Brasil; e
- políticas tarifárias adotadas pelo governo brasileiro e pelos estados nos quais a Companhia opera e, consequentemente, suas obrigações tributárias.
- Outros eventos/fatores que afetam diretamente os negócios da companhia incluindo; vandalismo, roubo, acidentes entre outros.

2.2 Resultados operacional e financeiro

Impacto de conflitos internacionais

A Companhia continua monitorando os impactos da guerra da Ucrânia iniciada em 24 de fevereiro de 2022 pois constitui um evento de longo alcance na economia global e, portanto, nos relatórios financeiros das companhias. Atualmente, não é possível estimar a duração da crise geopolítica, que também pode ser intensificada por ações da Rússia e outros países.

As operações da Rumo não sofreram grandes impactos em razão do conflito entre Rússia e Ucrânia no exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Os principais itens monitorados pela Companhia são potenciais impactos na oferta de: fertilizantes e impactos no preço de commodities e combustíveis.

A Companhia também tem monitorado os desdobramentos do conflito no território israelense, em especial no âmbito da volatilidade nos preços da commodity de petróleo, flutuação do câmbio e juros. Até o momento, não houve impactos nas demonstrações financeiras anuais.

A Companhia até o momento não identificou impactos em risco de crédito de clientes, taxas de desconto, estoque, instrumentos financeiros, contas a receber entre outros itens analisados e continuará monitorando os fatos sobre os conflitos, com vistas à potenciais impactos nos negócios e, consequentemente, nas demonstrações financeiras.

b) variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

Os Diretores da Companhia entendem que os principais fatores determinantes da variação da receita bruta da Companhia, em função de sua composição, nos três últimos exercícios sociais foram a variação nos volumes e/ou tarifas operadas.

c) impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

A situação financeira e o resultado das operações da Companhia podem ser impactados por fatores diversos, tais como: (i) inflação; (ii) preços dos produtos transportados; e (iii) desenvolvimento macroeconômico brasileiro.

A inflação pode impactar direta ou indiretamente as operações da Companhia uma vez que os custos e despesas operacionais são normalmente corrigidos por índices que refletem as oscilações inflacionárias, assim como variações no preço do diesel. Geralmente, estes ajustes são parcialmente ou totalmente compensados com reajustes das tarifas cobradas dos clientes da Companhia.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

a) mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pela CVM.

Não houve mudanças significativas nas práticas contábeis adotadas pela Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

b) opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Não houve ressalvas ou ênfases nos pareceres do auditor no último exercício social.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

a) introdução ou alienação de segmento operacional

Os Diretores da Companhia informam que, no último exercício social, não houve a alienação de qualquer segmento operacional da Companhia.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em 07 de julho de 2023 a Companhia formou uma join venture junto a CHS Agronegócio Indústria e Comércio Ltda, com o objetivo de transformar o armazém de transbordo rodoviário da CHS em Alvorada (TO) em terminal de transbordo rodoferroviário.

c) eventos ou operações não usuais

Em 2023, ocorreram eventos ou operações não usuais, conforme descritas abaixo:

i. Liquidação das parcelas de arrendamento e concessão com precatórios:

Em dezembro de 2021, a Constituição Federal foi alterada para permitir que determinados créditos devidos por entes federados sejam adquiridos de terceiros e utilizados para pagamento de outorgas. As Companhias Rumo Malha Sul e Rumo Malha Oeste, liquidaram as parcelas do mês de janeiro e anteciparam a liquidação de outras parcelas com vencimento em 2023, no montante de R\$ 120.046. Para liquidação destes valores foram utilizados precatórios adquiridos em 16 de janeiro de 2023 com custo de aquisição de R\$ 96.036. Os efeitos desta transação foram reconhecidos na rubrica "Outras receitas e despesas operacionais" nota 6.3. Em transação similar, no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram utilizados precatórios no valor de R\$ 124.400 para liquidação de parcelas relacionadas ao contrato de concessão da Rumo Malha Paulista.

ii. Reorganização societária

Em 19 de julho de 2023 a Companhia e a sua controlada Rumo Malha Norte S.A. convocaram suas respectivas Assembleia Geral Extraordinária - AGE, de forma a aprovar os atos societários relativos à Reorganização Societária de cisão parcial, conforme comunicado ao mercado nas datas de 20 de abril, 02 de junho e 19 de junho de 2023. Foi aprovado o "Instrumento Particular de Protocolo e Justificação de Cisão Parcial da Rumo Malha Norte S.A. com Incorporação do Acervo Cindido pela Companhia.", celebrado entre as administrações da Companhia e da Malha Norte, bem como a Reorganização Societária e autorização do aumento do capital social da Companhia em decorrência da incorporação do Acervo Cindido.

Como impacto da reorganização por meio da cisão, a Companhia recebeu R\$ 2.650.000 em caixa, e os investimentos diretos no Terminal XXXIX de Santos S.A., Terminal de Granéis do Guarujá S.A. - TGG e no Terminal Marítimo do

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

Guarujá S.A. - TERMAG, registrados em contrapartida ao investimento da controlada Rumo Malha Norte S.A. (nota 5.11). Como pagamento pela participação dos minoritários da controlada Malha Norte S.A. nos ativos recebidos, foram emitidas 710.158 ações ao montante de R\$ 13.110 na Companhia. O efeito no balanço consolidado se resumirá no valor das ações emitidas e entregues como pagamento aos minoritários.

iii. Investimento Terminal Alvorada S.A

Em 07 de julho de 2023 a Companhia formou uma join venture junto a CHS Agronegócio Indústria e Comércio Ltda, com o objetivo de transformar o armazém de transbordo rodoviário da CHS em Alvorada (TO) em terminal de transbordo rodoferroviário.

iv. Emissão de debêntures Rumo S.A.

Em 15 de setembro de 2023 a Companhia captou R\$ 1.500.000 com a 17ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, divididas em duas séries, sendo que a primeira possui um montante de R\$ 750.000, com taxa de IPCA+5,76% e prazo de 6 anos, enquanto a segunda é de R\$ 750.000 com taxa de IPCA+6,18% e prazo de 10 anos.

Ambas as séries terão pagamentos de juros semestrais e amortização de 100% do principal no vencimento. Os recursos dessa captação serão utilizados para investimento. Estas debêntures possuem as mesmas cláusulas financeiras restritivas ("financial covenants") que as demais dívidas e compromissos ESG, conforme demonstrado na nota 5.5.

v. Plano de recompra de ações

Em 09 de novembro de 2023, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o programa de recompra de ações. O Programa aprovado, tem como objetivo a aquisição de ações de emissão da própria Companhia para manutenção de tais ações adquiridas em tesouraria, cancelamento ou alienação, ou posterior alienação das ações no mercado. As ações recompradas e mantidas em tesouraria podem, a critério da administração da Companhia, ser usadas para cumprir obrigações decorrentes de planos de ações referentes à retenção de executivos, na forma aprovada pelos acionistas reunidos em Assembleia Geral e pelo Conselho de Administração.

A realização das aquisições de ações da Companhia no âmbito do Programa de Recompra ocorreu entre os dias 13 e 21 de novembro de 2023, quando foi atingido o limite de recompra da Companhia de 4.461.504 ações.

Em 2022, ocorreram eventos ou operações não usuais, conforme descritas abaixo:

i. Pré-pagamento Senior Notes 2025:

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

Em 14 de janeiro de 2022 a Companhia efetuou o pré-pagamento da Senior Notes 2025, no valor de USD 500.000, equivalente a R\$ 2.848.332, com vencimento original em janeiro de 2025, conforme condições estabelecidas no contrato da operação firmado em janeiro de 2018. Os derivativos contratados para proteção da operação foram liquidados no mesmo período.

ii. Cessão de crédito fiscal:

Em 31 de março de 2022, a Companhia por meio da controlada Rumo Malha Paulista S.A. iniciou a transferência de créditos de ICMS para a parte relacionada Companhia de Gás do Estado de São Paulo – COMGAS, conforme operação aprovada em 30 de novembro de 2021, pela Secretária do Estado de São Paulo – SEFAZ. Estão sendo transferidos R\$ 99.395 de créditos de ICMS em 13 parcelas, sendo a primeira de R\$ 9.395 e as demais no montante de R\$ 7.500. Uma nova transferência de créditos para Companhia de Gás do Estado de São Paulo – COMGAS, no montante de R\$ 29.152, foi deferida pela SEFAZ em 6 de julho de 2022. O montante foi transferido em duas parcelas. Em 31 de dezembro de 2022, R\$ 121.047 em transferências foram concluídas e registradas, mediante aplicação de deságio em condições de mercado.

iii. Revisão ordinária do contrato de concessão da Malha Paulista:

Em 25 de maio de 2022, ocorreu a revisão ordinária anual da concessão da Malha Paulista, levando à modificação de anexos específicos do 2º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão. Os principais impactos nas demonstrações financeiras foram: (i) R\$ 32.490 de revisão de outorgas, valor registrado em outras receitas e despesas; (ii) R\$ 60.309 de remensuração da outorga pela postergação de investimentos com datas determinadas (Nota Explicativa 5.12.4); e (iii) R\$ 8.484 de verbas de pesquisa e preservação de memória ferroviária, provisionadas no decorrer do exercício. Todos os valores foram computados nas parcelas trimestrais remanescentes de outorga, sujeitos à correção de IPCA e juros de 11,04% ao ano.

iv. Acordo judicial – Farovia S.A.

A Rumo Malha Norte, a Rumo Malha Sul, a Rumo Malha Paulista e a Rumo S.A. eram partes em procedimento arbitral confidencial, cujo valor total dos pedidos somava R\$1.281,1 milhões. O procedimento foi instaurado pela parte contrária sob a alegação de que às Companhias teriam dado causa à rescisão de contrato de serviço transporte ferroviário e investimentos, diante do que requereu indenização.

Em 22 de novembro de 2022, Companhia firmou acordo para encerrar o procedimento arbitral, mediante a aquisição da totalidade das ações da empresa Farovia, contra a qual litigava, incorporada na sequência. O acordo envolveu um montante de caixa líquido de R\$ 51,1 milhões e a assunção de uma dívida bancária totalizando R\$ 396,8 milhões conforme nota explicativa 6.3 das demonstrações financeiras do exercício de 2022. Em janeiro de 2023 o

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

procedimento arbitral foi extinto a partir de acordo celebrado entre as partes.

v. Venda de ações da Elevações Portuárias

Em 15 de julho de 2022, a Companhia celebrou contrato de compra e venda de ações, prevendo a alienação de 80% (oitenta por cento) da sua participação acionária na controlada integral Elevações Portuárias S.A. ("EPSA"), que opera e controla os terminais T16 e T19 no Porto de Santos (SP), à Corredor Logística e Infraestrutura Sul ("CLI SUL"), empresa integralmente detida pela Corredor Logística e Infraestrutura ("CLI"), em linha com a estratégia de formação de parcerias de longo prazo e de foco na logística ferroviária e na execução dos projetos estratégicos de expansão. A conclusão da operação de venda ocorreu em 14 de novembro de 2022, quando a Companhia recebeu de forma líquida o montante de R\$ 1.394.669, apurando um resultado foi de R\$ 955.584 conforme nota explicativa 6.3 das demonstrações financeiras do exercício de 2022.

Em 2021, ocorreram eventos ou operações não usuais, conforme descritas abaixo:

i. Pré-pagamento Senior Notes 2024:

Em 26 de março de 2021 a Companhia efetuou o pré-pagamento da Senior Notes 2024, no valor de USD 750.000, equivalente a R\$ 4.149.750, com vencimento original em fevereiro de 2024, conforme condições estabelecidas no contrato da operação firmado em fevereiro de 2017. Os derivativos contratados para proteção da operação foram liquidados no mesmo período.

ii. Redução do capital social e reservas de lucro da Companhia mediante absorção de prejuízos acumulados:

Em 27 de abril de 2021 por meio da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a Administração propôs a absorção da totalidade dos prejuízos acumulados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro 2020, no valor de R\$ 3.760.663, com reservas de lucros de R\$ 253.599 e com capital social no valor de R\$ 3.507.064, sem cancelamento de ações.

iii. Emissão de debêntures Rumo Malha Paulista S.A.:

Em 19 de abril de 2021, foi aprovada pelo Conselho de Administração a 2ª emissão de debêntures simples da controlada Rumo Malha Paulista, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em duas séries de R\$ 750.000 com valor total de R\$1.500.000. A primeira série tem o prazo de seis anos a um custo médio de CDI +1,69%. Já a segunda tem o prazo de dez anos a um custo médio de IPCA + 4,60%. As duas séries terão pagamentos de juros semestrais e os recursos dessa captação serão utilizados para investimento.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

iv. Emissão de debêntures Rumo S.A.

Em 06 de julho de 2021 a Companhia captou um montante de R\$ 1.043.434 referente a 16ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, divididas em duas séries, sendo que a primeira possui um montante de R\$ 784.619, com taxa de IPCA+4,50% e prazo de 10 anos, enquanto a segunda é de R\$ 258.815 com taxa de IPCA+4,54% e prazo de 15 anos. Ambas as séries terão pagamentos de juros semestrais e amortização de principal nos 3 últimos anos. Os recursos dessa captação serão utilizados para investimento.

v. Captação Senior Notes 2032:

Em 22 de setembro de 2021, a Companhia captou recursos no exterior através de emissão de Bond (Senior Notes) com metas sustentáveis vinculadas à redução na emissão de gás carbônico (Sustainability-Linked Bonds - SLBs), no montante de USD 500.000 mil, equivalente a R\$ 2.719.700 em 30 de setembro de 2021, com taxa pré fixada de 4,20%a.a. e vencimento em janeiro de 2032 (Nota 5.5). Os recursos líquidos dessa operação serão destinados à propósitos corporativos, incluindo o pré-pagamento de dívidas.

vi. 3º Emissão de debêntures Rumo Malha Paulista

Em 22 de outubro de 2021, foi realizada a 3ª emissão de debêntures simples da controlada Rumo Malha Paulista, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em duas séries de R\$ 750.000 e R\$ 500.000 com valor total de R\$1.250.000. A emissão foi aprovada pelo Conselho de Administração no dia 17 de setembro de 2021. A primeira série tem o prazo de seis anos a um custo de CDI + 1,30% enquanto a segunda tem o prazo de doze anos indexada a IPCA + 5,73%. As duas séries terão pagamentos de juros semestrais e do principal no vencimento. Os recursos dessa captação serão utilizados no âmbito de seus negócios de gestão ordinária e investimentos em infraestrutura.

vii. Processo administrativo

Em 3 de novembro de 2021, foi proferida decisão no processo administrativo que tramita perante o Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE"), para apurar representação formulada por um ex-cliente em face da Companhia, considerando o mercado de açúcar operado pela concessão da Rumo Malha Paulista S.A. (controlada da Companhia).

No julgamento do processo administrativo, dentre outros pontos, condenou a Companhia ao pagamento de multa no valor de R\$ 247.173, decisão que foi mantida no julgamento dos embargos de declaração. A fixação de tal valor contraria precedentes do próprio CADE, seja com relação à base de cálculo, seja em relação à alíquota utilizada, razão pela qual a Companhia ajuizou ação anulatória de tal decisão.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

Com base na análise técnica de seu corpo jurídico externo, a Companhia avalia com provável o risco de perda de parcela no valor de R\$ 22.761 (para a qual registrou provisão) e classifica a diferença como contingência possível.

2.5 Medições não contábeis

a) informar o valor das medições não contábeis

EBITDA, Margem EBITDA, Endividamento Bruto, Dívida Líquida, Capital de Giro e Capital de Giro Líquido Ajustado

Apresentamos (i) EBITDA, EBITDA por segmento, Margem EBITDA, Margem EBITDA por segmento, Endividamento Bruto, Dívida Líquida, Capital de Giro e Capital de Giro Líquido Ajustado, em cada caso, em uma base consolidada, mas não são medidas contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB), não sendo medidas de lucro em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e não representando os fluxos de caixa dos períodos apresentados.

O EBITDA mede nossa lucratividade operacional e é calculado como resultado acrescido do imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos, resultado financeiro (líquido) e depreciação e amortização, de acordo com a definição utilizada na Resolução CVM nº 156/2022. O EBITDA por segmento é o nosso EBITDA calculado para cada um de nossos segmentos operacionais:

(a) O EBITDA das Operações do Norte é calculado como resultado antes dos resultados financeiros e imposto de renda e contribuição social das Operações do Norte mais depreciação e amortização das Operações do Norte e redução ao valor recuperável das Operações do Norte, (b) O EBITDA das Operações do Sul é calculado como resultado antes dos resultados financeiros e do imposto de renda e contribuição social das Operações do Sul, mais depreciação e amortização das Operações do Sul e redução ao valor recuperável das Operações do Sul, (c) O EBITDA das Operações de Contêineres é calculado como resultado antes do resultado financeiro e do imposto de renda e contribuição social das Operações de Contêiner mais depreciação e amortização das Operações de Contêineres e redução ao valor recuperável das Operações de Contêineres.

Nós definimos (i) Margem EBITDA como o EBITDA dividido pela receita líquida, expressa como um percentual, (ii) e (ii) Margem EBITDA por segmento como EBITDA por segmento dividido pela receita líquida do respectivo segmento, expressa como um percentual: (a) A Margem EBITDA das Operações do Norte é calculada como o EBITDA das Operações do Norte dividido pela receita líquida das Operações do Norte, expressa como um percentual, (b) Margem EBITDA das Operações Sul é calculada como EBITDA das Operações Sul dividido pela receita líquida das Operações Sul, expressa como um percentual, e (c) Margem EBITDA das Operações de Contêineres é calculada como EBITDA das Operações de Contêiner divididas pela receita líquida das Operações de Contêiner.

O endividamento bruto é uma métrica usada para medir o quanto uma empresa possui de compromissos financeiros em curto, médio e longo prazo no seu patrimônio e o quanto ela depende do capital de terceiros e é calculada como a soma dos empréstimos, financiamentos e debêntures e arrendamentos

2.5 Medições não contábeis

mercantis financeiros circulantes e não circulantes.

A dívida líquida mede nossa liquidez e é calculada como a soma de empréstimos, financiamentos e debêntures e arrendamentos mercantis financeiros, líquidos de instrumentos financeiros derivativos circulantes e não circulantes, menos caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários e caixa restrito de dívidas bancárias e financiamentos.

O Capital de Giro mede nossa capacidade de pagar nosso passivo circulante com o ativo circulante e é calculado como a soma do ativo circulante total menos o passivo circulante total. O Capital de Giro Ajustado líquido remove os elementos do cálculo do Capital de Giro que não se relacionam diretamente com as nossas operações, permitindo-nos ver quão bem nossos ativos e passivos de curto prazo estão sendo utilizados para conduzir nossas operações e representa o Capital de Giro menos caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, além de empréstimos, financiamentos e debêntures circulantes e instrumentos financeiros derivativos circulantes.

Nossa administração acredita que EBITDA, EBITDA por segmento, Margem EBITDA, Margem EBITDA por segmento, Dívida Líquida, Capital de Giro e Capital de Giro Líquido Ajustado fornecem informações úteis para potenciais investidores, analistas financeiros e o público em sua revisão de nosso desempenho operacional e sua comparação de nosso desempenho operacional com o desempenho operacional de outras empresas no mesmo setor e em outros setores. No entanto, EBITDA, EBITDA por segmento, Margem EBITDA, Margem EBITDA por segmento, Dívida Líquida, Capital de Giro e Capital de Giro Líquido Ajustado não são medidas contábeis e não devem ser considerados como substitutos de lucros ou prejuízos líquidos, fluxo de caixa das operações ou outras medidas de desempenho operacional ou liquidez determinadas de acordo com as normas contábeis aplicadas. Outras empresas podem calcular essas medidas de maneira diferente de nós e, portanto, nossa apresentação pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes de outras empresas. EBITDA, EBITDA por segmento, Margem EBITDA, Margem EBITDA por segmento, Dívida Líquida, Capital de Giro e Capital de Giro Líquido Ajustado não se destinam a representar recursos disponíveis para dividendos ou outros usos discricionários por nós, porque estes recursos são necessários para dívidas com serviços, despesas de capital, necessidades de capital de giro e outros compromissos e contingências.

Seguem abaixo os valores do EBITDA e da Margem EBITDA da Companhia para os últimos três exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021:

2.5 Medições não contábeis

(Em milhões de reais, exceto porcentagens)	Exercício social findo em 31 de dezembro de		
	2023	2022	2021
EBITIDA	5.650,3	5.003,0	3.350,4
Margem EBITIDA	51,66%	50,84%	45,03%

Endividamento Bruto e Dívida Líquida

O endividamento bruto mede nossos compromissos financeiros em curto, médio e longo prazo no seu patrimônio e é calculada como a soma dos empréstimos, financiamentos e debêntures e arrendamentos mercantis (financeiros).

A dívida líquida mede nossa liquidez e é calculada como a soma de empréstimos, financiamentos e debêntures e arrendamentos mercantis (financeiros), líquidos de instrumentos financeiros derivativos circulantes e não circulantes, menos caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários e caixa restrito de dívidas bancárias e financiamentos.

Seguem abaixo os valores do Endividamento Bruto e Dívida Líquida em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021:

	Exercício social findo em 31 de dezembro de		
	2023	2022	2021
(R\$ milhões)			
Endividamento Bruto	19.035,8	16.878,5	21.357,3
Dívida Líquida	10.207,4	9.106,1	9.365,1

Capital de Giro Líquido Ajustado

O Capital de Giro Ajustado líquido remove os elementos do cálculo do Capital de Giro que não se relacionam diretamente com as nossas operações, permitindo-nos ver quão bem nossos ativos e passivos de curto prazo estão sendo utilizados para conduzir nossas operações, e representa o Capital de Giro menos caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, além de empréstimos, financiamentos e debêntures e instrumentos financeiros derivativos.

Seguem abaixo os valores do Capital de Giro Líquido Ajustado em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021:

	Exercício social findo em 31 de dezembro de		
	2023	2022	2021
(R\$ milhões)			
Capital de Giro Líquido Ajustado	-1.666,00	-1.756,9	-1.132,8

2.5 Medições não contábeis

b) conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

Reconciliação do lucro líquido para o EBITDA e Margem EBITDA.

A tabela abaixo apresenta a reconciliação do EBITDA e Margem EBITDA para os três últimos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021:

(Em milhões de reais, exceto porcentagens)	Exercício social findo em 31 de dezembro de		
	2023	2022	2021
Resultado líquido do exercício	721,9	514,0	155,7
(-) IRPJ/CSSL corrente e diferido	197,2	193,1	4,1
(+) Resultado financeiro, líquido	2.555,4	2.329,0	1.359,9
(+) Depreciação e amortização	2.175,8	1.966,9	1.830,7
EBITDA	5.650,3	5.003,0	3.350,4
Receita operacional líquida	10.937,7	9.841,5	7.439,6
Margem EBITDA	51,66%	50,84%	45,03%

Reconciliação do Endividamento Bruto e Dívida Líquida

A tabela abaixo demonstra a reconciliação dos saldos de Dívida Bruta e Dívida Líquida registrados pela Companhia em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021:

(R\$ milhões)	Exercício social findo em 31 de dezembro de		
	2023	2022	2021
Reconciliação da Dívida Líquida			
Empréstimos, financiamentos e debêntures e arrendamentos financeiros (passivo circulante)	1.394,3	1.400,9	1.273,2
Empréstimos, financiamentos e debêntures e arrendamentos financeiros (passivo não circulante)	17.641,5	15.477,6	20.084,1
Endividamento Bruto	19.035,8	16.878,5	21.357,3
Caixa e equivalentes de caixa	-7.234,0	-7.385,4	-9.448,2
Títulos e valores mobiliários	-1.396,1	-840,1	-1.425,9
Caixa restrito vinculado a empréstimos	-108,6	-85,0	-20,0
Instrumentos financeiros derivativos	-89,7	538,1	-1.098,1
Dívida Líquida	10.207,4	9.106,1	9.365,1

Reconciliação do Capital de Giro Líquido Ajustado

A tabela abaixo demonstra a reconciliação dos saldos do Capital de Giro Líquido Ajustado registrado pela Companhia em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021:

2.5 Medições não contábeis

Cálculo do Capital de Giro Líquido Ajustado (R\$ milhões)	Exercício social findo em 31 de dezembro de		
	2023	2022	2021
Reconciliação do Capital de Giro Líquido Ajustado			
Ativo Circulante	10.251,8	9.754,9	12.381,2
Passivo Circulante	5.477,4	5.690,4	4.441,0
Capital de Giro	4.774,4	4.064,5	7.940,2
Ativo e passivo circulante, exceto dívida líquida	6.440,4	5.821,4	9.073,0
Caixa e equivalentes de caixa	7.234,0	7.385,4	9.448,2
Títulos e valores mobiliários	1.396,1	840,1	1.425,9
Empréstimos, financiamentos e debêntures (passivo circulante)	-1.356,9	-1.357,0	-1.222,7
Arrendamentos financeiros (passivo circulante)	-37,4	-43,9	-50,5
Instrumentos derivativos, líquidos	-795,4	-1.003,2	-527,9
Capital de Giro Líquido Ajustado	-1.666,0	-1.756,9	-1.132,8

Reconciliação do EBITDA e Margem EBITDA por segmentos operacionais

A tabela abaixo demonstra a reconciliação de nossos resultados antes do resultado financeiro, imposto de renda e contribuição social das Operações Norte para o EBITDA das Operações Norte e a Margem EBITDA das Operações Norte em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021:

(R\$ milhões) Reconciliação do resultado antes do resultado financeiro e imposto de renda e contribuições sociais da Operações Norte para o EBITDA das Operações Norte	Em 31 de dezembro de		
	2023	2022	2021
Resultado antes do resultado financeiro e do imposto de renda e contribuição social das Operações Norte ¹	3.254,0	3.125,6	1.553,6
Depreciação e amortização das Operações Norte	1.487,5	1.327,1	1.254,4
EBITDA das Operações Norte²	4.741,5	4.452,7	2.808,0
Receita operacional líquida das Operações Norte	8.346,6	7.635,2	5.479,6

2.5 Medições não contábeis

Margem EBITDA das Operações Norte³	56,8%	58,3%	51,2%
--	--------------	--------------	--------------

¹Resultado antes do resultado financeiro e do imposto de renda e contribuição social das Operações Norte é a soma do lucro bruto, despesas comerciais, gerais e administrativas, outras receitas (despesas) operacionais e a equivalência patrimonial sobre investimentos das Operações Norte.

²EBITDA das Operações Norte mede nossa lucratividade operacional e é calculado como resultado antes do resultado financeiro e do imposto de renda e contribuição social das Operações Norte, mais depreciação e amortização das Operações Norte e redução do valor recuperável das Operações Norte.

³Definimos a Margem EBITDA das Operações Norte como o EBITDA das Operações Norte dividido pela receita líquida das Operações Norte, expressa como um percentual.

A tabela abaixo demonstra a reconciliação de nossos resultados antes do resultado financeiro, imposto de renda e contribuição social das Operações Sul para o EBITDA das Operações Sul e a Margem EBITDA das Operações Sul em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021:

(R\$ milhões) Reconciliação do resultado antes do resultado financeiro e imposto de renda e contribuições sociais da Operações Norte para o EBITDA das Operações Sul	Em 31 de dezembro de		
	2023	2022	2021
Resultado antes do resultado financeiro e do imposto de renda e contribuição social das Operações sul ¹	196,9	-87,3	-29,4
Depreciação e amortização das Operações sul	587,7	561,5	521,8
EBITDA das Operações sul²	784,6	474,2	492,4
Receita operacional líquida das Operações sul	2.032,7	1.739,4	1.624,1
Margem EBITDA das Operações sul³	38,6%	27,3%	30,3%

¹Resultado antes do resultado financeiro e do imposto de renda e contribuição social das Operações Sul é a soma do lucro bruto, despesas comerciais, gerais e administrativas, outras receitas (despesas) operacionais e a equivalência patrimonial sobre investimentos das Operações Sul.

²EBITDA das Operações Sul mede nossa lucratividade operacional e é calculado como resultado antes do resultado financeiro e do imposto de renda e contribuição social das Operações Sul, mais depreciação e amortização das Operações Sul e redução do valor recuperável das Operações Sul.

³Definimos a Margem EBITDA das Operações Sul como o EBITDA das Operações Sul dividido pela receita líquida das Operações Sul, expressa como um percentual.

A tabela abaixo demonstra a reconciliação de nossos resultados antes do resultado financeiro, imposto de renda e contribuição social das Operações de Contêineres para o EBITDA das Operações de Contêineres e a Margem EBITDA das Operações de Contêineres em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021:

2.5 Medições não contábeis

(R\$ milhões) Reconciliação do resultado antes do resultado financeiro e imposto de renda e contribuições sociais da Operação Contêineres para o EBITDA das Operações Contêineres	Em 31 de dezembro de		
	2023	2022	2021
Resultado antes do resultado financeiro e do imposto de renda e contribuição social da Operação Contêineres ¹	23,6	-2,1	-4,5
Depreciação e amortização da Operação Contêineres	100,7	78,4	54,5
EBITDA das Operação Contêineres²	124,3	76,3	50,0
Receita operacional líquida da Operação Contêineres	588,7	466,9	336,0
Margem EBITDA das Operação Contêineres³	22,2%	16,3%	14,9%

¹Resultado antes do resultado financeiro e do imposto de renda e contribuição social das Operações de Contêineres é a soma do lucro bruto, despesas comerciais, gerais e administrativas, outras receitas (despesas) operacionais e a equivalência patrimonial sobre investimentos das Operações de Contêineres.

²EBITDA das Operações de Contêineres mede nossa lucratividade operacional e é calculado como resultado antes do resultado financeiro e do imposto de renda e contribuição social das Operações de Contêineres, mais depreciação e amortização das Operações de Contêineres e redução do valor recuperável das Operações de Contêineres.

³Definimos a Margem EBITDA das Operações de Contêineres como o EBITDA das Operações de Contêineres dividido pela receita líquida das Operações de Contêineres, expressa como um percentual.

c) motivo pelo qual tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações EBITDA e Margem EBITDA

O EBITDA e Margem EBITDA são informações adicionais às demonstrações financeiras mas não são medidas contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB), não sendo medidas de lucro em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e não representando os fluxos de caixa dos períodos apresentados. A Companhia utiliza o EBITDA e Margem EBITDA como medidas de performance para efeito gerencial e para comparação com empresas similares.

Na Companhia, o EBITDA e a Margem EBITDA, são utilizados como ferramentas para medição de desempenho e parâmetros de comparação com outras empresas para efeito gerencial, pois têm a vantagem de não serem afetados por variáveis específicas de determinados países ou regiões, como taxas de juros, regras de depreciação e diferenças tributárias. Desta forma, a utilização destes indicadores permite que a Companhia analise mais do que apenas seu resultado final (lucro ou prejuízo), que muitas vezes é insuficiente para avaliar seu real

2.5 Medições não contábeis

desempenho por ser frequentemente influenciado por fatores além dos operacionais. No entanto, o EBITDA apresenta certas limitações, como não considerar o montante de reinvestimento necessário para a manutenção da capacidade produtiva (consumido pela depreciação, amortização e perda por redução ao valor recuperável), podendo transmitir uma falsa ilustração da liquidez da Companhia, requerendo, assim, que tal indicador seja utilizado em conjunto com outras medições contábeis para que possa ser melhor interpretado.

Endividamento Bruto e Dívida Líquida

O Endividamento Bruto e Dívida Líquida não são uma medida de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB) e não possui significado padrão. Outras empresas podem calcular a Dívida Líquida de maneira diferente ao calculado pela Companhia.

A Companhia entende que a medição do Endividamento Bruto e Dívida Líquida são úteis na avaliação do grau de endividamento em relação à sua posição de caixa. Adicionalmente, nas escrituras de debêntures de emissão da Companhia e nos contratos financeiros, a Companhia está sujeita à observância de determinados índices financeiros (covenants financeiros) que utilizam a Dívida Líquida como parâmetro na forma definida nos respectivos instrumentos constitutivos da dívida. Para maiores informações sobre os contratos financeiros celebrados pela Companhia, bem como os índices financeiros (covenants financeiros) a que a Companhia está sujeita, vide item 2.1(f) do Formulário de Referência, o qual se refere-se aos níveis de endividamento e as características de tais dívidas.

Capital de Giro Líquido Ajustado

O Capital de Giro Líquido Ajustado não é uma medida de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB) e não possui significado padrão. Outras empresas podem calcular o Capital de Giro Líquido Ajustado de maneira diferente ao calculado pela Companhia.

A administração da Companhia entende que a medição do capital de giro líquido ajustado é útil para comparar, periodicamente, o desempenho operacional da Companhia, bem como para nortear certas decisões administrativas.

2.6 Eventos subsequentes as DFs

Em 20 de dezembro de 2023 a Rumo Malha Norte S.A. apresentou junto à Receita Federal do Brasil – RFB o laudo constitutivo de número 143/2023, expedido pela SUDAM em 06 de dezembro de 2023, para renovação do benefício fiscal, estendendo por mais 10 anos, o mesmo, atesta o atendimento das condições e requisitos legais exigidos e confere o direito ao incentivo fiscal de redução de setenta e cinco por cento (75%) do imposto sobre a renda e adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração. Diante do exposto a RFB através do uso de suas atribuições, decidiu em 13 de março de 2024, através do ato declaratório executivo de número 024213308, reconhecer o direito à redução de 75% do imposto sobre a renda e adicionais de que trata o art. 1º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, calculados com base no lucro da exploração, da pessoa jurídica Rumo Malha Norte.

Em 25 de março de 2024, as Companhias Rumo S.A. e EMBRAPORT – Empresa Brasileira de Terminais Portuários S.A., assinaram um acordo vinculante para a implementação de um novo projeto (terminal) portuário para elevações de grãos e fertilizantes no porto de Santos. O investimento estimado para construção do Terminal é de R\$ 2,5 bilhões e será financiado com recursos próprios, empréstimos, além da possibilidade de potenciais parcerias estratégicas ao longo do curso de implementação do Projeto. O início de construção está condicionado ao cumprimento de condições precedentes usuais para esse tipo de operação, incluindo licenciamento e aprovações legais e regulatórias. Após o cumprimento de todas as condições precedentes, estima-se o período de 30 meses para construção.

Em 25 de março de 2024 a Companhia captou R\$ 1.200.000.000,00 com a 5ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, divididas em 2 séries, sendo que a primeira possui um montante de R\$ 532.243.000,00, com taxa de IPCA + 5,7970% a.a., prazo de 10 anos, pagamentos de juros semestrais e amortização bullet, enquanto a segunda é de R\$ 667.757.000,00 com taxa de IPCA + 5,9284% a.a., prazo de 15 anos, pagamentos de juros semestrais e amortizações nos três últimos anos. Os recursos dessa captação serão utilizados para investimento. Essa emissão possui as mesmas cláusulas financeiras restritivas (“financial covenants”) que as demais dívidas, conforme demonstrado na nota 5.5 da demonstração financeira.

2.7 Destinação de resultados

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021
regras sobre retenção de lucros	<p>Além das previsões de retenção de lucros contidas na Lei nº 6.404/1976, conforme alterada ("<u>Lei das Sociedades por Ações</u>"), o artigo 38 do estatuto social da Companhia prevê que (i) até 5% do lucro líquido do exercício pode ser destinado para a constituição da reserva legal, até que ela atinja os limites fixados em lei; (ii) o valor necessário pode ser destinado, quando for o caso, para a constituição da reserva para contingências, nos termos do artigo 195 da Lei das Sociedades por Ações; e (iii) será mantida reserva de lucros estatutária denominada "Reserva Especial", que terá por fim reforçar o capital de giro e financiar a manutenção, expansão e o desenvolvimento das atividades que compõem o objeto social da Companhia e/ou de suas controladas, inclusive por meio da subscrição de aumentos de capital ou criação de novos empreendimentos, a qual será formada com até 75% do lucro líquido de cada exercício e cujo saldo, somado aos saldos das demais reservas de lucros, excetuadas a reserva de lucros a realizar e a reserva para contingências, não poderá ultrapassar 100% do capital social subscrito da Companhia.</p>	<p>Além das previsões de retenção de lucros contidas na Lei nº 6.404/1976, conforme alterada ("<u>Lei das Sociedades por Ações</u>"), o artigo 38 do estatuto social da Companhia prevê que (i) até 5% do lucro líquido do exercício pode ser destinado para a constituição da reserva legal, até que ela atinja os limites fixados em lei; (ii) o valor necessário pode ser destinado, quando for o caso, para a constituição da reserva para contingências, nos termos do artigo 195 da Lei das Sociedades por Ações; e (iii) será mantida reserva de lucros estatutária denominada "Reserva Especial", que terá por fim reforçar o capital de giro e financiar a manutenção, expansão e o desenvolvimento das atividades que compõem o objeto social da Companhia e/ou de suas controladas, inclusive por meio da subscrição de aumentos de capital ou criação de novos empreendimentos, a qual será formada com até 75% do lucro líquido de cada exercício e cujo saldo, somado aos saldos das demais reservas de lucros, excetuadas a reserva de lucros a realizar e a reserva para contingências, não poderá ultrapassar 100% do capital social subscrito da Companhia.</p>	<p>Além das previsões de retenção de lucros contidas na Lei nº 6.404/1976, conforme alterada ("<u>Lei das Sociedades por Ações</u>"), o artigo 38 do estatuto social da Companhia prevê que (i) até 5% do lucro líquido do exercício pode ser destinado para a constituição da reserva legal, até que ela atinja os limites fixados em lei; (ii) o valor necessário pode ser destinado, quando for o caso, para a constituição da reserva para contingências, nos termos do artigo 195 da Lei das Sociedades por Ações; e (iii) será mantida reserva de lucros estatutária denominada "Reserva Especial", que terá por fim reforçar o capital de giro e financiar a manutenção, expansão e o desenvolvimento das atividades que compõem o objeto social da Companhia e/ou de suas controladas, inclusive por meio da subscrição de aumentos de capital ou criação de novos empreendimentos, a qual será formada com até 75% do lucro líquido de cada exercício e cujo saldo, somado aos saldos das demais reservas de lucros, excetuadas a reserva de lucros a realizar e a reserva para contingências, não poderá ultrapassar 100% do capital social subscrito da Companhia.</p>
a.i. Valores das Retenções de Lucros	<p>No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, a Companhia registrou um lucro líquido no valor de R\$ 719.666.090,72, aprovado em Assembleia Geral</p>	<p>No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a Companhia registrou um lucro líquido no valor de R\$ 514.940.562,85, aprovado em Assembleia Geral</p>	<p>No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, a Companhia registrou um lucro líquido no valor de R\$ 155.740.177,32, aprovado em Assembleia Geral Ordinária</p>

2.7 Destinação de resultados

<p>a.ii Percentuais em relação aos lucros totais declarados</p>	<p>Ordinária realizada em 19 de abril de 2023, sendo que: (i) R\$ 35.983.304,54 devem ser destinados à reserva legal de que trata o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações; e (ii) R\$ 170.920.696,55 devem ser destinados para dividendos obrigatórios, e (iii) R\$ 683.682.786,18 será destinado para a constituição de Reserva Especial da Companhia, conforme previsto no artigo 38, do Estatuto Social da Companhia.</p> <p>A Companhia distribuiu 25% do lucro líquido apurado no exercício social encerrado em 31/12/2023.</p>	<p>Ordinária realizada em 19 de abril de 2023, sendo que: (i) R\$ 25.747.028,14 devem ser destinados à reserva legal de que trata o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações; e (ii) R\$ 122.298.383,68 devem ser destinados para dividendos obrigatórios, e (iii) R\$ 366.895.151,03 será destinado para a constituição de Reserva Especial da Companhia, conforme previsto no artigo 38, do Estatuto Social da Companhia.</p> <p>A Companhia distribuiu 25% do lucro líquido apurado no exercício social encerrado em 31/12/2022.</p>	<p>realizada em 27 de abril de 2022, sendo que: (i) R\$ 7.526.891,77 devem ser destinados à reserva legal de que trata o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações; e (ii) R\$ 35.752.735,90 devem ser destinados para dividendos obrigatórios, e (iii) R\$107.258.207,70 será destinado para a constituição de Reserva Especial da Companhia, conforme previsto no artigo 38, do Estatuto Social da Companhia.</p> <p>A Companhia distribuiu 25% do lucro líquido apurado no exercício social encerrado em 31/12/2021.</p>
<p>b. regras sobre a distribuição de dividendos</p>	<p>O artigo 38 do estatuto social da Companhia prevê que pelo menos 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, seja anualmente distribuído aos acionistas a título de dividendo obrigatório.</p> <p>Adicionalmente, por deliberação do Conselho de Administração, a Companhia pode pagar aos acionistas juros sobre o capital próprio, os quais serão imputados ao dividendo obrigatório, integrando tal valor o montante dos dividendos distribuídos pela Companhia para todos os efeitos.</p> <p>A Companhia poderá levantar balanços semestrais ou em períodos menores e declarar, por deliberação do Conselho de Administração, dividendos à conta do lucro apurado nesses balanços, por conta do total a ser distribuído ao término do respectivo exercício, observadas as limitações previstas em lei. Os dividendos assim declarados constituem antecipação do dividendo obrigatório.</p>	<p>O artigo 38 do estatuto social da Companhia prevê que pelo menos 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, seja anualmente distribuído aos acionistas a título de dividendo obrigatório.</p> <p>Adicionalmente, por deliberação do Conselho de Administração, a Companhia pode pagar aos acionistas juros sobre o capital próprio, os quais serão imputados ao dividendo obrigatório, integrando tal valor o montante dos dividendos distribuídos pela Companhia para todos os efeitos.</p> <p>A Companhia poderá levantar balanços semestrais ou em períodos menores e declarar, por deliberação do Conselho de Administração, dividendos à conta do lucro apurado nesses balanços, por conta do total a ser distribuído ao término do respectivo exercício, observadas as limitações previstas em lei. Os dividendos assim declarados constituem antecipação do dividendo obrigatório.</p>	<p>O artigo 38 do estatuto social da Companhia prevê que pelo menos 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, seja anualmente distribuído aos acionistas a título de dividendo obrigatório.</p> <p>Adicionalmente, por deliberação do Conselho de Administração, a Companhia pode pagar aos acionistas juros sobre o capital próprio, os quais serão imputados ao dividendo obrigatório, integrando tal valor o montante dos dividendos distribuídos pela Companhia para todos os efeitos.</p> <p>A Companhia poderá levantar balanços semestrais ou em períodos menores e declarar, por deliberação do Conselho de Administração, dividendos à conta do lucro apurado nesses balanços, por conta do total a ser distribuído ao término do respectivo exercício, observadas as limitações previstas em lei. Os dividendos assim declarados constituem antecipação do dividendo obrigatório.</p>

2.7 Destinação de resultados

c. periodicidade das distribuições de dividendos	<p>Nos termos do Estatuto Social da Companhia, poderão ser distribuídos dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou reservas de lucros existentes no último balanço anual, semestral ou intermediário e dividendos intercalares à contade lucro apurado em balanços semestrais ou em períodos menores. Sem prejuízo da faculdade de distribuir dividendos intermediários e intercalares, desde que seja apurado lucro líquido no exercício social, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, a periodicidade da distribuição dedividendos é anual.</p> <p>A Companhia entende que a distribuição dos dividendos, relativo a 25% do lucro líquido atende aos objetivos da Companhia.</p>	<p>Nos termos do Estatuto Social da Companhia, poderão ser distribuídos dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou reservas de lucros existentes no último balanço anual, semestral ou intermediário e dividendos intercalares à contade lucro apurado em balanços semestrais ou em períodos menores. Sem prejuízo da faculdade de distribuir dividendos intermediários e intercalares, desde que seja apurado lucro líquido no exercício social, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, a periodicidade da distribuição dedividendos é anual.</p> <p>A Companhia entende que a distribuição dos dividendos, relativo a 25% do lucro líquido atende aos objetivos da Companhia.</p>	<p>Nos termos do Estatuto Social da Companhia, poderão ser distribuídos dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou reservas de lucros existentes no último balanço anual, semestral ou intermediário e dividendos intercalares à conta de lucro apurado em balanços semestrais ou em períodos menores. Sem prejuízo dafaculdade de distribuir dividendos intermediários e intercalares, desde que seja apurado lucro líquido no exercício social, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, a periodicidade da distribuição de dividendos é anual.</p>
d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrati vas ou arbitrais	<p>O artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações prevê que 5% do lucro líquido ajustado do exercício será aplicado na constituição de reserva legal, não excedendo 20% do capital social ou o limite previsto no § 1º do referido artigo. Ademais, a Companhia distribuirá como dividendo obrigatório, em cada exercício social, 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, de acordo com o</p>	<p>O artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações prevê que 5% do lucro líquido ajustado do exercício será aplicado na constituição de reserva legal, não excedendo 20% do capital social ou o limite previsto no § 1º do referido artigo. Ademais, a Companhia distribuirá como dividendo obrigatório, em cada exercício social, 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, de acordo com o</p>	<p>O artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações prevê que 5% do lucro líquido ajustado do exercício será aplicado na constituição de reserva legal, não excedendo 20% do capital social ou o limite previsto no § 1º do referido artigo. Ademais, a Companhia distribuirá como dividendo obrigatório, em cada exercício social, 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, de acordo com o artigo 38 do Estatuto Social da Companhia.</p>

2.7 Destinação de resultados

	<p>artigo 38 do Estatuto Social da Companhia.</p> <p>Além do disposto na Lei das Sociedades por Ações e no Estatuto Social, a Companhia tem restrições para distribuir dividendos além do mínimo obrigatório caso esteja inadimplente em certos contratos de empréstimos, e, devido ao benefício da Sudam aplicável à sua controlada Rumo Malha Norte, até o término do prazo do benefício em 2024, parcela desses benefícios da Malha Norte precisa ser destinada à reserva de incentivos fiscais, sendo excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório da Malha Norte em favor de seus acionistas, conforme artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações.</p> <p>A Companhia não possui restrições oriundas de contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais que impactem na distribuição de dividendos.</p>	<p>artigo 38 do Estatuto Social da Companhia.</p> <p>Além do disposto na Lei das Sociedades por Ações e no Estatuto Social, a Companhia tem restrições para distribuir dividendos além do mínimo obrigatório caso esteja inadimplente em certos contratos de empréstimos, e, devido ao benefício da Sudam aplicável à sua controlada Rumo Malha Norte, até o término do prazo do benefício em 2024, parcela desses benefícios da Malha Norte precisa ser destinada à reserva de incentivos fiscais, sendo excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório da Malha Norte em favor de seus acionistas, conforme artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações.</p> <p>A Companhia não possui restrições oriundas de contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais que impactem na distribuição de dividendos.</p>	<p>Além do disposto na Lei das Sociedades por Ações e no Estatuto Social, a Companhia tem restrições para distribuir dividendos além do mínimo obrigatório caso esteja inadimplente em certos contratos de empréstimos, e, devido ao benefício da Sudam aplicável à sua controlada Rumo Malha Norte, até o término do prazo do benefício em 2024, parcela desses benefícios da Malha Norte precisa ser destinada à reserva de incentivos fiscais, sendo excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório da Malha Norte em favor de seus acionistas, conforme artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações.</p>
<p>e. se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computador es onde o documento pode ser consultado</p>	<p>A Companhia possui política de Destinação de Resultados, formalmente aprovada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 29 de outubro de 2018, a qual encontra-se disponível para acesso no site da Companhia (https://ri.rumolog.com/governanca-corporativa/estatuto-codigos-e-politicas/) e no site da CVM (www.cvm.gov.br).</p>	<p>A Companhia possui política de Destinação de Resultados, formalmente aprovada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 29 de outubro de 2018, a qual encontra-se disponível para acesso no site da Companhia (https://ri.rumolog.com/governanca-corporativa/estatuto-codigos-e-politicas/) e no site da CVM (www.cvm.gov.br).</p>	<p>A Companhia possui Política de Destinação de Resultados, formalmente aprovada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 29 de outubro de 2018, a qual encontra-se disponível para acesso no site da Companhia (https://ri.rumolog.com/governanca-corporativa/estatuto-codigos-e-politicas/) e no site da CVM (www.cvm.gov.br).</p>

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

i. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos, não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia no último exercício social.

ii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia no último exercício social.

iii. contratos de construção não terminada

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há construção não terminada não evidenciada nos balanços patrimoniais da Companhia no último exercício social.

iv. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia no último exercício social.

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Os Diretores informam que não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao último exercício social.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável, pois todos os itens relevantes estão evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao último exercício social.

b) natureza e o propósito da operação

Não aplicável, pois todos os itens relevantes estão evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao último exercício social.

c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, pois todos os itens relevantes estão evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao último exercício social.

2.10 Planos de negócios

a) investimentos, incluindo:

(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

O plano de investimentos da Companhia está majoritariamente concentrado em investimentos para manutenção das operações, investimentos oriundos dos cadernos de obrigação da Malha Paulista e Malha Central, Projeto de Expansão da Rumo no Mato Grosso, investimentos para expansão da FIPS – Ferrovia Interna do Porto de Santos, aquisição de material rodante, além de obras de modernização da via permanente e investimentos em tecnologia e outros projetos de aumento de capacidade e redução de custos operacionais.

Os investimentos nos exercícios sociais de 2023, 2022 e 2021 totalizaram R\$ 3.690, R\$ 2.718 milhões e R\$ 3.453, respectivamente. Desse total, investimentos para manutenção nos anos de 2023, 2022 e 2021 foram de R\$ 1.433 milhões, R\$ 1.165 milhões e R\$ 1.122 milhões, respectivamente, e os investimentos para expansão das operações foram de R\$ 1.912 milhões, R\$ 1.553 milhões e R\$ 2.332 milhões, respectivamente.

Para o exercício social de 2024, em Fato Relevante de 08 de fevereiro de 2024, a Companhia apresentou estimativa de investimentos no intervalo entre R\$ 5,3 bilhões e R\$ 5,8 bilhões.

O aditivo de renovação da concessão da Malha Paulista que prevê a execução ao longo da concessão de um conjunto de projetos de investimento em aumento de capacidade e redução de conflitos urbanos, estimado pela agência em R\$ 6,1 bilhões (valor atualizado até dezembro de 2017). Deste montante, em torno de R\$ 3,0 bilhões compõem o caderno de obrigações, cuja execução física foi de 26,99% ao final do exercício social de 2023.

Os investimentos realizados no projeto Extensão da Rumo no MT, que está em sua primeira fase, conectando o terminal de Rondonópolis ao futuro terminal de Campo Verde, alcançaram R\$ 383 milhões no ano de 2023. O projeto segue avançando na fase de execução das obras de terraplanagem e serviços de drenagem dos primeiros 35 km, além do andamento de OAEs - obras de arte especiais.

(ii) fontes de financiamento dos investimentos

Os investimentos serão financiados com o caixa proveniente das operações correntes da Companhia, empréstimos e financiamentos que serão captados no mercado de capitais local e estrangeiro, junto a bancos ou agências de fomento, como por exemplo BNDES.

(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Em 21 de julho de 2020 a Companhia protocolou junto a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), pedido de adesão a um processo de relicitação à terceiros do objeto do Contrato de Concessão celebrado entre a Malha Oeste e a União, por intermédio do Ministério dos Transportes (“Processo de Relicitação”), nos termos da Lei nº 13.448 de 5 de junho de 2017 e regulamentada pelo Decreto nº 9.957 de 07 de agosto de 2019.

2.10 Planos de negócios

b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Em 20 de setembro de 2021 a Companhia celebrou o Contrato de Adesão, junto ao Estado do Mato Grosso, tendo como objeto a construção, operação, exploração e conservação, por meio de autorização, sob o regime de direito privado, aceitando todas as despesas e riscos operacionais, de ferrovia que conecta (cerca de 730 km de trilhos), de modo independente, o terminal rododiferroviário de Rondonópolis/MT aos municípios de Cuiabá/MT e Lucas do Rio Verde/MT. O projeto representa uma extensão da operação em direção a região Médio Norte do estado do Mato Grosso, local onde, segundo consultorias especializadas terceirizadas, são localizadas áreas com vasto potencial de expansão em capacidade produtiva em produtos agrícolas, principalmente culturas de soja e milho.

c) novos produtos e serviços, indicando:

(i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Item não aplicável, uma vez que a Companhia não possui pesquisas em andamento já divulgadas.

(ii) montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Item não aplicável, uma vez que a Companhia não possui investimentos para desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

(iii) projetos em desenvolvimento já divulgados

A Companhia não possui projetos para novos produtos ou serviços, todavia estão sendo realizados investimentos para aumentar a área de abrangência do portfólio de serviços existente e ampliação de capacidade, por meio da expansão da Rumo no Mato Grosso, da conclusão das obras na Malha Central (concessão obtida através de leilão em 2019) e dos investimentos assumidos com a renovação da Malha Paulista.

(iv) montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Item não aplicável, uma vez que a Companhia não possui investimentos para desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

d) Oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

A Companhia possui em seu planejamento estratégico uma série de iniciativas e projetos que permitem a expansão da operação atrelada ao desenvolvimento sustentável, de modo que os desempenhos operacional e financeiro estejam cada vez mais alinhados com as práticas ESG. Além de contribuírem para a segurança e o aumento de capacidade para suportar o crescimento das operações, as iniciativas auxiliam na diluição dos custos e na melhora das margens da Companhia, promovendo um nível de crescimento sustentável no

2.10 Planos de negócios

médio e longo prazos. A implementação da estratégia socioambiental passou por diversos ciclos de investimento, e possui, em suma, as frentes apresentadas a seguir:

Modernização da Ferrovia: Substituição dos dormentes de madeira (que duram aproximadamente 5 a 10) por dormentes de concreto ou aço (que possuem vida útil média superior a 20 anos). Este tipo de iniciativa, além de ampliar a vida útil do trecho e reduzir o nível de manutenção recorrente necessária, provê maior segurança e capacidade.

Infraestrutura para duplicação de trechos, construção, ampliação e modernização de nossos pátios e cruzamentos ferroviários: Foram realizadas obras de extensão dos pátios para comportar maiores composições de trens, que aumentaram de 80 para 120 vagões. Com isso, as condições de tráfego na linha foram aprimoradas, aumentando a capacidade, reduzindo significativamente o número de cruzamentos em vias singelas e consequentemente paradas em cruzamentos, resultando no menor consumo de combustível e de emissões de gases do efeito estufa.

Aquisição, substituição e aperfeiçoamento do material rodante: A aquisição de novas locomotivas e vagões mais eficientes, contribuem para a redução do consumo de combustível e a ampliação da capacidade da malha. Adicionalmente, a implementação de novas tecnologias na operação, como a condução semiautônoma, por meio da utilização do Trip Optimizer, o sistema de “start-stop” em locomotivas e futuramente o PTC – Positive Train Control.

Em 2023, recebemos duas locomotivas híbridas, representando um marco significativo em nossa busca contínua por eficiência e sustentabilidade nas operações ferroviárias. Adquiridas da Progress Rail - Caterpillar, essas locomotivas oferecem uma eficiência operacional 20% superior em termos de emissões e são especialmente projetadas para percorrer trajetos com serras e curvas. Iniciando suas operações na região de Cascavel (PR), essas locomotivas têm a capacidade de carregar uma composição que, atualmente, exigiria seis locomotivas convencionais.

Com estas e outras iniciativas, em 2023, a Rumo atingiu uma de suas metas quantificáveis de redução das emissões específicas (considerando as emissões por TKU), de reduzir em 15% as emissões específicas até 2023, com ano base em 2019, chegando a 17,4% de redução. A outra meta é de reduzir em 21% as emissões específicas até 2030, com ano base 2020, onde foram alcançados 8,9% nos três primeiros anos.

Outro destaque da estratégia ESG da Companhia é a vantagem competitiva em relação a transportes menos eficientes, como o modal rodoviário, uma vez que o transporte realizado por trens é cerca de 7,6x menos emissor de gases de efeito estufa e, em 2023, evitamos mais de 6,6 milhões de toneladas de CO₂, caso todo o volume transportado pela Rumo no ano fosse transportado por caminhões.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

A Companhia entende que todos os fatores que influenciaram seu desempenho operacional estão descritos no item 2.10 deste Formulário de Referência, sendo que eventuais fatores de risco que possam exercer influência sobre o resultado da Companhia estão descritos no item 4.1 deste Formulário de Referência.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

a) **Formalização da Política de Gerenciamento de Riscos.**

Em 29 de outubro de 2018, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a última versão da Política de Gestão de Riscos a qual pode ser consultada no nosso site de relacionamento com investidores conforme: <https://ri.rumolog.com/governanca-corporativa/estatuto-codigos-e-politicas/>

b) **Objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos:**

A Política de Gestão de Riscos da Companhia visa estabelecer e divulgar princípios, diretrizes e responsabilidades a serem observados no processo de gestão de riscos, de forma a sustentar a realização de seus objetivos estratégicos de negócio, entre outros aspectos, por meio de um processo contínuo de identificação, avaliação, monitoramento e reporte dos riscos associados a tais objetivos.

O processo de gerenciamento de riscos é baseado, mas não se limita, no modelo COSO-ERM – Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (“COSO”) e é integrado as metas e objetivos estratégicos de negócio da Companhia. Ao adotar tais procedimentos, a Companhia espera os seguintes benefícios: (i) consolidar os princípios e diretrizes a serem seguidos em todas as atividades associadas ao gerenciamento de riscos; (ii) mensurar riscos e oportunidades para auxiliar na prevenção de crises e problemas; (iii) garantir maior transparência em relação aos riscos a que a Companhia está sujeita e estratégias de mitigação; (iv) difundir a cultura de gestão de riscos em todos os níveis da Companhia; (v) elevar o nível de maturidade em gestão de riscos da Companhia; (vi) tomar de decisões de negócios mais consistentes; e (vii) contribuir para a busca da excelência na gestão empresarial

(i) **Identificação e mapeamento dos riscos para os quais se busca proteção:**

A companhia monitora os riscos descritos no item 4.1. deste Formulário de Referência e busca proteção para todo e qualquer tipo de risco que possa, de forma negativa, impactar o atingimento de objetivos traçados pela alta administração da Companhia. As principais naturezas dos riscos estão destacadas abaixo:

- **Riscos Estratégicos** estão associados à tomada de decisão da alta administração e podem gerar perda substancial no valor econômico da organização.
- **Riscos Operacionais** estão associados à possibilidade de ocorrência de perdas (de produção, ativos, clientes, receitas) resultantes de falhas, deficiências ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, assim como de eventos externos como catástrofes naturais, fraudes, greves e atos terroristas. Os riscos operacionais geralmente acarretam redução, degradação ou interrupção, total ou parcial, das atividades, com impacto negativo na reputação da sociedade, além da potencial geração de passivos contratuais, regulatórios e ambientais.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- **Riscos Financeiros** são aqueles associados à exposição das operações financeiras da organização, segregados em:
 - Câmbio: associado à volatilidade do mercado e pode afetar a Companhia quando tiver ativos ou passivos atrelados à moeda estrangeira.
 - Juros: também associado à volatilidade do mercado. A Companhia pode, eventualmente, contratar dívidas e derivativos indexados a taxas de juros fixos ou flutuantes, porém, alterações na percepção de risco dos agentes do mercado podem gerar volatilidade nas curvas de juros e, desta forma, aumentar as despesas financeiras da Companhia.
 - Liquidez: situação em que a Companhia encontra dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros.
 - Crédito: associado às contrapartes da Companhia que podem, eventualmente, deixar de honrar seus compromissos e obrigações.
- **Riscos de Conformidade (Compliance)** aqueles associados à exposição a não cumprimento de leis e regulamentos emitidos pelos governos centrais e locais assim como regulamentos emitidos por entidades reguladoras ou mesmo de natureza interna. Estão associados a prevenção de lavagem de dinheiro, integridade, etc. A estrutura de monitoramento de gerenciamento de riscos da Companhia é baseada no modelo de linhas de defesa do COSO-ERM.

(ii) Instrumentos utilizados para proteção e gestão:

Após a identificação dos riscos e a classificação nas categorias descritas no item acima, a Companhia realiza a sua avaliação. Esta etapa contempla a mensuração do impacto e da probabilidade de ocorrência. Importante considerar que a avaliação do impacto não apenas deve levar em consideração as consequências imediatas da materialização de um risco, mas também os efeitos indiretos reputacionais, uma vez que nem todos os riscos poderão ser qualificados. Já a avaliação da probabilidade deve levar em consideração o histórico de gestão de riscos e a chance de algo acontecer perante as ações, controles implementados e volume das operações existentes, ou seja, a análise da probabilidade deve ser feita sobre o risco residual.

Para gerenciar os riscos aos quais estamos expostos, contamos com o apoio das áreas de Controles Internos, Segurança da Informação e Compliance Jurídico Corporativo, bem como, do Comitê de Auditoria Estatutário, além dos times de Auditoria Interna, Gestão de Riscos e do Comitê de Compliance da Cosan, que atuam de forma integrada em benefício de todas as empresas controladas. A atuação em conjunto permite à Companhia ter uma visão integrada dos riscos e controles, podendo fazer uma melhor avaliação das ações adotadas no tratamento ao risco.

O risco nunca pode ser eliminado por completo, no entanto, para definição das tratativas, a avaliação dos riscos é feita de forma conjunta, envolvendo tanto as áreas mencionadas, como também a Diretoria responsável pelo processo em que o risco foi identificado avaliando o grau de impacto versus probabilidade de ocorrência para cada risco identificado, para então definir-se o melhor

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

instrumento de proteção, que podem ser:

- **Evitar:** Quando se elimina o fato gerador do risco, por exemplo, descontinuando determinado processo ou saindo de mercado específico.
- **Reduzir:** Quando são aplicáveis os controles internos (ex. aprovação, revisão, segregação de funções, reconciliação, perfis de acesso, etc.) para que o dano potencial do risco seja substancialmente reduzido.
- **Compartilhar:** Quando o risco é dividido com uma contraparte externa à Companhia. Exemplos de compartilhamento de riscos são as operações de hedge (moeda estrangeira, preços, juros) e apólices de seguro.
- **Aceitar:** Quando o impacto versus probabilidade do risco é considerado irrelevante, toma-se a decisão de aceitar o risco, pois o custo da ação de controle seria maior do que o próprio risco potencial envolvido.

No âmbito de riscos financeiros, há instrumentos específicos de proteção classificados abaixo:

Tipo de Risco	Instrumento de Proteção	
Câmbio	Non Deliverable Forward (NDF) Swap Contrato Futuro de Câmbio - Contrato de Opções de Compra e/ou Venda de Moeda Estrangeira Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Estrangeira	
Juros	Swap Contrato Futuro de Taxa de Juros	
Liquidez	- Caixa e Equivalentes de Caixa aplicados em títulos de renda fixa de curto prazo Contratação de limites para saque (Standby Credit Facility e Conta Garantida)	
Crédito	- Caixa e Equivalentes de Caixa aplicados em Instituições Financeiras consideradas investment grade em escala nacional pelas agências de rating Standard & Poors, Fitch e Moody's - Contratos de Derivativos negociados com Instituições Financeiras consideradas investment grade em escala nacional pelas agências de rating Standard & Poors, Fitch e Moody's	

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

O entendimento dos riscos e adoção de ações mitigatórias como resposta é de responsabilidade de todos os gestores da Companhia e de suas controladas. Os riscos mapeados são compartilhados para discussão e conhecimento do Comitê de Auditoria Estatutário, o qual é composto tanto por membros da Companhia como por membros independentes. Diante da diversidade do ambiente onde a Companhia gere seus negócios, não há o que se falar em instrumento único ou de exclusiva utilidade para todos os riscos que estamos expostos.

Cada risco mapeado recebe tratamento específico, determinado pelas áreas operacionais em conjunto com as áreas dedicadas e com a administração da Companhia.

(iii) Estrutura organizacional de gerenciamento de riscos:

A estrutura de monitoramento e gerenciamento de riscos da Companhia é baseada de acordo com o modelo de linhas de defesa do COSO-ERM. As linhas de defesa consistem em um conceito que define os papéis e responsabilidades do processo de gestão de riscos, bem como, na interpretação desses papéis em todos os níveis da Companhia com o objetivo de determinar as diretrizes e fortalecimento da governança, conforme indicado abaixo:

- 1ª Linha de Defesa: é representada pelos Gestores e Donos de Riscos das áreas de negócio os quais são responsáveis diretos, bem como pela detecção dos riscos frente aos processos e implementação das respostas corretivas e ações mitigatórias.
- 2ª Linha de Defesa: é representada pelas áreas de Controles Internos, Compliance Jurídico e Segurança da Informação da Companhia, que atuam como suporte para garantir o apropriado funcionamento da primeira linha, por meio da identificação de riscos, falhas e desvios de processos e procedimentos internos e auxiliá-los nas respostas e ações mitigatórias.
- 3ª Linha de Defesa: é representada pela Auditoria Interna, que atua no fornecimento de avaliações independentes à Administração para verificar a eficácia dos processos e controles internos e identificação de desvios operacionais e financeiros decorrentes de falhas e/ou fraudes dos processos internos. No exercício de suas funções, a Área de Auditoria Interna é representada pela Cosan S.A. de forma independente a administração. O resultado de todos os trabalhos da Auditoria Interna realizados pelo controlador da Companhia e relacionados a este tópico previstos no exercício, é reportado por meio de relatório ao Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia submetido ao Presidente do Conselho de Administração, ao Presidente da Companhia, aos Diretores e Gerentes envolvidos.

Adicionalmente o processo de gerenciamento de riscos conta com atuação e monitoramento do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, e de seus órgãos de assessoramento, incluindo o Comitê de Auditoria Estatutário além dos Diretores da Companhia, com o objetivo de desempenhar suas funções, conforme descrito no item 7 deste Formulário de Referência.

Entre outras competências que cabe ao Comitê de Auditoria Estatutário,

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

reforçamos que este Comitê tem papel relevante no processo de gerenciamento de riscos, suportando a administração no assessoramento das atividades de (i) contratação dos auditores independentes, a fim de avaliar a sua independência e qualidade dos serviços prestados, (ii) supervisão de forma constante dos trabalhos realizados pelos auditores independentes, (iii) monitoramento da qualidade e integridade dos mecanismos de controles internos relacionados as demonstrações financeiras intermediárias e anuais, (iv) gerenciamento dos riscos de Compliance, (v) elaboração do relatório semestral, se necessário, e, obrigatoriamente, relatório anual resumido, este a ser apresentado juntamente com as demonstrações financeiras, contendo a descrição de suas atividades, incluindo a indicação das reuniões realizadas e dos principais assuntos discutidos, os resultados e conclusões alcançados e as recomendações feitas: e quaisquer situações nas quais exista divergência significativa entre a administração da companhia, os auditores independentes em relação às demonstrações financeiras da Companhia.

Além do Comitê de Auditoria Estatutário, há, ainda, outros comitês de assessoramento ao Conselho de Administração, que fazem o acompanhamento de negócios e condutas da Companhia, inclusive no que se refere ao gerenciamento de riscos a que ela está sujeita, sendo eles: (i) o Comitê de Pessoas, (ii) o Comitê de Transações entre Partes Relacionadas, (iii) Comitê Financeiro, (iv) Comitê de Estratégia e Sustentabilidade, (v) o Comitê Operacional e o (vi) Comitê de Divulgação e Negociação.

Dessa forma, a Companhia entende que sua estrutura organizacional, operacional e de controles internos é adequada para verificação da efetividade da Política de Gestão de Riscos.

Cabe a administração da Companhia estabelecer a manutenção do ambiente de controles internos relativos aos relatórios financeiros, incluindo a avaliação da efetividade dos mesmos por meio de testes de controles. Portanto, o sistema de controle interno da Companhia foi elaborado para garantir, de forma razoável e em todos os aspectos relevantes, a confiabilidade dos relatórios financeiros e a preparação das demonstrações financeiras para divulgação externa, conforme princípios contábeis geralmente aceitos. Vale mencionar que devido às limitações inerentes, os controles internos sobre os relatórios financeiros podem não prevenir ou não detectar erros. Além disso, as projeções sobre qualquer avaliação de efetividade para períodos futuros estão sujeitas ao risco de que os controles podem se tornar inadequados devido a mudanças nas condições existentes.

Os controles referentes à preparação e divulgação das demonstrações financeiras são executados sob a supervisão dos Diretores e sob a responsabilidade da Vice-Presidência Financeira da Companhia, para fornecer segurança razoável quanto à confiabilidade do processo de preparação e divulgação dos relatórios edemonstrações financeiras, e estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standard Board - IASB. Em sua avaliação, a administração concluiu que, no exercício social encerrado 31 de dezembro de 2023, a Companhia não apresentou deficiências significativas no ambiente de controles internos que pudessem impactar na elaboração, mensuração e apresentação sobre os relatórios financeiros.

c) Adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Com base nas informações descritas acima (item 5.1), a Companhia entende que sua estrutura organizacional, operacional e de controles internos é adequada para a verificação da efetividade da Política de Gestão de Riscos.

Além disso, o Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia desempenha a função de assessorar o Conselho de Administração a verificar a adequação da estrutura operacional e dos controles internos de forma a garantir a efetividade da política de gerenciamento de riscos.

5.2 Descrição dos controles internos

a) as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A Companhia adota práticas e controles internos, que asseguram substancialmente a qualidade, precisão e confiabilidade na elaboração das suas demonstrações financeiras. Os controles internos são estruturados com o objetivo de mitigação dos riscos e em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS).

O processo de fechamento contábil é realizado em uma estrutura de acompanhamento dos processos de fechamentos por meio de módulos sistêmicos, e os controles referentes à preparação e divulgação das demonstrações financeiras são executados sob a supervisão dos Diretores e sob a responsabilidade da Vice-Presidência Financeira da Companhia, para fornecer segurança razoável quanto à confiabilidade do processo de preparação e divulgação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standard Board - IASB. Cabe destacar, que a administração da Companhia é responsável pelo estabelecimento e manutenção constante dos controles internos adequados relativos aos relatórios financeiros. Adicionalmente, a Companhia possui um Canal confidencial de Linha Ética, que permite aos nossos colaboradores, clientes, fornecedores e parceiros relatarem situações que ferem o Código de Conduta, as Políticas internas e Leis vigentes, contribuindo para a mitigação de riscos de fraude em todas as áreas do nosso negócio.

Para avaliar a eficiência dos controles internos de preparação e divulgação das demonstrações financeiras, a administração realizou uma avaliação de riscos e processos de efetividade, incluindo testes de controles, utilizando como base os critérios do Internal Control Integrated Framework emitido pelo Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission ("COSO") – 2013. Com base nesses critérios, não foi identificadas deficiências significativas no nosso ambiente de controles internos que pudessem impactar a elaboração, mensuração, apresentação e avaliação sobre demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023.

b) as estruturas organizacionais envolvidas

O processo de gerenciamento de riscos conta com atuação e monitoramento do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, e de seus órgãos de assessoramento, incluindo o Comitê de Auditoria Estatutário além dos Diretores da Companhia, com o objetivo de desempenhar suas funções, conforme descrito no item 7 deste Formulário de Referência.

Entre outras competências que cabe ao Comitê de Auditoria Estatutário, reforçamos que este Comitê tem papel relevante no processo de gerenciamento de riscos, suportando a administração no assessoramento das atividades de (i)

5.2 Descrição dos controles internos

contratação dos auditores independentes, a fim de avaliar a sua independência e qualidade dos serviços prestados, (ii) supervisão de forma constante dos trabalhos realizados pelos auditores independentes (iii) monitoramento da qualidade e integridade dos mecanismos de controles internos relacionados as demonstrações financeiras intermediárias e anuais, (iv) gerenciamento dos riscos de Compliance, (v) elaboração do relatório semestral, se necessário, e, obrigatoriamente, relatório anual resumido, este a ser apresentado juntamente com as demonstrações financeiras, contendo a descrição de suas atividades, incluindo a indicação das reuniões realizadas e dos principais assuntos discutidos, os resultados e conclusões alcançados e as recomendações feitas: e quaisquer situações nas quais exista divergência significativa entre a administração da companhia, os auditores independentes em relação às demonstrações financeiras da Companhia.

A Vice-Presidência Financeira, é a principal área responsável pelas demonstrações financeiras e que se reporta diretamente para a Presidência da Companhia, conta com o suporte da Diretoria de Transações Financeiras do Centro de Serviços Compartilhados (CSC) para elaboração das demonstrações financeiras, garantindo a adoção das boas práticas de controles internos e observação das normas contábeis aplicáveis.

A estrutura de monitoramento e gerenciamento de riscos da Companhia é baseada de acordo com o modelo de linhas de defesa do COSO-ERM. As linhas de defesa consistem em um conceito que define os papéis e responsabilidades do processo de gestão de riscos, bem como, na interpretação desses papéis em todos os níveis da Companhia com o objetivo de determinar as diretrizes e fortalecimento da governança, conforme indicado abaixo:

- **1ª Linha de Defesa:** é representada pelos Gestores e Donos de Riscos das áreas de negócio os quais são responsáveis diretos, bem como pela detecção dos riscos frente aos processos e implementação das respostas corretivas e ações mitigatórias.
- **2ª Linha de Defesa:** é representada pelas áreas de Controles Internos, Compliance Jurídico e Segurança da Informação da Companhia, que atuam como suporte para garantir o apropriado funcionamento da primeira linha, por meio da identificação de riscos, falhas e desvios de processos e procedimentos internos e auxiliá-los nas respostas e ações mitigatórias.
- **3ª Linha de Defesa:** é representada pela Auditoria Interna, que atua no fornecimento de avaliações independentes à Administração para verificar a eficácia dos processos e controles internos e identificação de desvios operacionais e financeiros decorrentes de falhas e/ou fraudes dos processos internos. No exercício de suas funções, a Área de Auditoria Interna é representada pela Cosan S.A. de forma independente a administração. O resultado de todos os trabalhos da Auditoria Interna realizados pelo controlador da Companhia e relacionados a este tópico previstos no exercício, é reportado por meio de relatório ao Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia submetido ao Presidente do Conselho de Administração, ao

5.2 Descrição dos controles internos

Presidente da Companhia, aos Diretores e Gerentes envolvidos.

Cabe, a administração da Companhia estabelecer a manutenção do ambiente de controles internos relativos aos relatórios financeiros, incluindo a avaliação da efetividade dos mesmos por meio de testes de controles. Portanto, o sistema de controles internos da Companhia foi elaborado para garantir, de forma razoável e em todos os aspectos relevantes, a confiabilidade dos relatórios financeiros e a preparação das demonstrações financeiras para divulgação externa, conforme princípios contábeis geralmente aceitos. Vale mencionar que devido às limitações inerentes, os controles internos sobre os relatórios financeiros podem não prevenir ou não detectar erros. Além disso, as projeções sobre qualquer avaliação de efetividade para períodos futuros estão sujeitas ao risco de que os controles podem se tornar inadequados devido a mudanças nas condições existentes.

Adicionalmente, o Conselho de Administração deve manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas apresentadas pela Diretoria e demonstrações financeiras intermediárias e anuais e o Conselho Fiscal deve analisar, ao menos trimestralmente, o balancete e demais demonstrações financeiras elaboradas pela Companhia, bem como examinar as demonstrações financeiras do exercício social, e sobre elas opinar.

c) se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

A estrutura de monitoramento e gerenciamento de riscos e controles internos é baseada de acordo com o modelo de linhas de defesa do COSO-ERM. As linhas de defesa consistem em um conceito claro de papéis e responsabilidades no monitoramento e gerenciamento, bem como, na interação desses papéis em todos os níveis da Companhia. Cabe a 2ª e 3ª Linha de Defesa avaliar a efetividade dos controles internos, sendo a 2ª Linha de Defesa, representado pela principalmente pela área de Controles Internos e a 3ª Linha de Defesa representado pela Auditoria Interna do controlador da Companhia, com reporte direto ao Conselho de Administração por meio do Comitê de Auditoria Estatutário.

Todas as deficiências e pontos de melhorias identificadas possuem plano de ação, responsável e data de implantação, que são acompanhadas mensalmente pelos responsáveis e monitorados pela área de Auditoria Interna e Controles Internos. Adicionalmente o monitoramento e evolução dos planos são reportados trimestralmente para o Comitê de Auditoria.

d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

5.2 Descrição dos controles internos

Anualmente, a Companhia recebe do Auditor Independente o Relatório de Recomendação de Controles Internos, com a relação de todas as deficiências e recomendações identificadas sobre o ambiente de controles internos em conexão com a elaboração e avaliação das Demonstrações Financeiras. Com base no Relatório elaborado referente ao exercício de 31 de dezembro de 2023, a Companhia não apresentou deficiências significativas no seu ambiente de controles internos.

e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

A Administração, avaliou e discutiu todas as deficiências não significativas e oportunidades de melhorias reportadas e entende que tais deficiências e melhorias não geram distorções relevantes ou impactam na mensuração, elaboração e apresentação das demonstrações financeiras do exercício de 31 de dezembro de 2023.

Ainda assim, a Administração como responsável pela estrutura de controles internos, entende que seus processos podem ser aprimorados e como compromisso da melhoria contínua do seu ambiente de controles internos implementará ações necessárias para evolução desse ambiente..

5.3 Programa de integridade

a) se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

i- os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

A Companhia busca adotar os melhores procedimentos e práticas de mercado, de forma a obedecer à legislação e regulamentação aplicáveis, assim como às diretrizes do seu Código de Conduta e políticas internas do Grupo Cosan, do qual a Companhia faz parte, relacionadas à prevenção, detecção, e mitigação de desvios, fraudes, irregularidades e ilícitos, especialmente contra a Administração Pública.

Os documentos corporativos que reúnem as principais normas e os procedimentos afeitos ao tema são: (i) o Código de Conduta; (ii) a Política Anticorrupção; e (iii) a Política de Relacionamento com Órgãos Públicos, aplicáveis às sociedades integrantes do Grupo Cosan, disponíveis no site da Companhia (<http://ri.rumolog.com/ptb/estatutos-politicas-e-codigo-de-etica>), e com as seguintes características e objetivos:

- **Código de Conduta:** O Código de Conduta da Companhia foi aprovado em reunião do Conselho de Administração realizada em 29 de outubro de 2018 e sua última atualização foi aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 10 de agosto de 2023. O Código é aplicável a todos os colaboradores da Rumo e também aos clientes, parceiros de negócios, agentes intermediários, procuradores, subcontratados, prestadores de serviços e fornecedores de bens e serviços, diretos ou indiretos, regulando os princípios e as práticas éticas que regem o relacionamento interno e externo da Companhia, e norteando a atuação dos seus funcionários. O Código de Conduta traça os princípios, valores, procedimentos e boas práticas a serem observadas, por exemplo, com relação à mitigação de conflito de interesses, comutatividade das transações entre partes relacionadas, relacionamento com órgãos públicos, direitos humanos, doações e contribuições políticas, observância à Lei nº 12.846/2013 ("Lei Anticorrupção"), Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, Lei nº 7.309/2018 ("LGPD"), às leis antitruste e leis de combate ao trabalho análogo à escravidão.
- **Política Anticorrupção:** A Política Anticorrupção foi criada em 1º de agosto de 2015, revisada em 3 de julho de 2020 e tendo sido revisada e ratificada pelo Conselho de Administração da Cosan S.A. ("Cosan") no dia 26 de dezembro 2023. A Política é aplicável a todos os colaboradores da Companhia, inclusive clientes, prestadores de serviços e fornecedores, tendo por objetivo conscientizar todos os parceiros de negócios acerca das normas constantes da Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção Brasileira), bem como

5.3 Programa de integridade

definir as diretrizes a serem praticadas pelos colaboradores, em conformidade com a referida lei, com Lei Norte-Americana sobre Práticas de Corrupção no Exterior (FCPA – Foreign Corrupt Practices Act) e com a Lei Britânica Anticorrupção (UK Bribery Act).

- **Política de Partes Relacionadas e Conflito de Interesses:** A Política de Partes Relacionadas e Conflito de Interesses foi criada em 29 de outubro de 2018, tendo sido revisada e ratificada pelo Conselho de Administração no dia 9 de outubro de 2023 (data da última revisão). A Política é aplicável a todos os colaboradores da Companhia e estabelece as diretrizes para a realização de Transações entre Partes Relacionadas e para situações de potenciais Conflitos de Interesses.
- **Política de Doações e Patrocínios:** A Política de Doações e Patrocínios foi aprovada do Conselho de Administração em 29 de outubro de 2018 e revisada em Reunião realizada em 11 de março de 2024 e é aplicável para todos os colaboradores da Companhia. A Política estabelece diretrizes para a realização de doações e patrocínios que envolvam a transferência de bens imóveis, móveis integrantes do patrimônio da Rumo e suas Controladas, inclusive valores monetários ou ainda serviços da Rumo, de modo a garantir que as doações e patrocínios sejam realizados com transparência, integridade e legalidade.
- **Política de Relacionamento com Órgãos Públicos:** A Política de Relacionamento com Órgãos Públicos foi criada em 5 de maio de 2014, revisada em 3 de julho de 2020 e tendo sido revisada e ratificada pelo Conselho de Administração do Grupo Cosan no dia 26 de dezembro 2023. A Política é aplicável a todos os colaboradores da Companhia, bem como terceiros e tem por objetivo estabelecer as diretrizes para relacionamento com órgãos públicos, de forma a evitar qualquer infração ética pelos colaboradores e parceiros de negócios da Companhia.

Políticas são revisadas quando há efetiva necessidade, diante de adoção de novas medidas, complementação das já existentes, mudanças nos processos internos e/ou alteração da legislação pertinente.

Os riscos de integridade são avaliados, no máximo, anualmente, ou quando há efetiva necessidade de revisão em periodicidade menor.

ii- as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia de independência de seus dirigentes, se existentes

A Companhia mantém sua estrutura de *Local Compliance*, assim como aplicável às demais sociedades integrantes do Grupo Cosan, aprovada no dia 8 de agosto de 2019, pelos membros do Comitê Estatutário de Auditoria da Cosan, comitê este o qual é composto em sua integralidade por membros independentes, que cumprem os requisitos da Resolução CVM 80/2022.

5.3 Programa de integridade

A área de Compliance da Companhia reporta-se ao Vice-Presidente Jurídico e tem por objetivo assegurar a conformidade com as leis nacionais e internacionais, regulamentos, normas e políticas organizacionais, atendendo aos princípios de governança e padrões éticos, através da identificação, avaliação, mitigação e monitoramento dos riscos de conformidade e da disseminação da cultura de integridade para todas as partes interessadas, incluindo a gestão do Programa de Integridade.

A Companhia possui um Comitê de Ética, que tem como função:

- avaliar e monitorar as exposições de risco de Compliance da Companhia;
- gerir o Código de Conduta;
- deliberar acerca da realização de investigação interna e apuração de denúncias sobre comportamento antiético, assédio, fraude, conflito de interesses ou violações de políticas;
- analisar e julgar os casos de desvios de maior criticidade;
- recomendar planos de ação e propor as medidas disciplinares cabíveis para a adequação da conduta da Companhia e de seus colaboradores;
- supervisionar e orientar, através de diretrizes gerais, as atividades da área Compliance Jurídico da Companhia.

O Comitê de Compliance tem como atribuição:

- aprovar revisões do Código Conduta, políticas de Compliance e diretrizes do “Programa de Integridade”;
- deliberar sobre a solução das denúncias de atos de corrupção (integridade);
- receber os reports das denúncias de alta criticidade dos Comitês de Ética, podendo recomendar medidas adicionais;
- reportar ao Comitê de Auditoria Estatutário a consolidação das denúncias (éticas ou integridade) recebidas no período; e
- assegurar a uniformidade dos procedimentos e premissas adotadas dos Comitês de Ética.

O Comitê de Auditoria Estatutário:

É o órgão de auxílio diretamente vinculado e subordinado ao Conselho de Administração da Companhia, de funcionamento permanente, com a composição e as competências fixadas em regimento interno. O Comitê é responsável, principalmente:

- pelo assessoramento ao Conselho de Administração em relação aos processos de controles internos, administração de riscos e Compliance;
- pela supervisão das atividades da Auditoria Interna, Canal de Ética e Segurança da Informação; e
- pela supervisão das atividades da Companhia.

Para auxiliar os reportes, a Companhia utiliza áreas de (i) Controles Internos Corporativos, (ii) Auditoria Interna Corporativa Grupo Cosan; e (iii) Segurança da Informação, que têm as funções abaixo definidas:

Controles Internos:

- Elaborar, revisar e divulgar limites de autoridade, políticas e

5.3 Programa de integridade

- procedimentos;
- Garantir acessos adequados aos sistemas corporativos e alçadas de aprovação;
- Desenhar e implantar os controles necessários para adequada mitigação dos riscos dos negócios;
- Realizar follow-up das recomendações de auditoria para assegurar a implantação e aprimoramento do ambiente de controles;
- Prover informações e treinamentos de controles internos necessários para disseminação da cultura de governança; e
- Realizar gestão e investigação dos relatos recebidos no Canal de Ética para apuração dos fatos e adoção das tratativas necessárias.

Auditoria Interna Corporativa Grupo Cosan

- Realizar avaliação geral de riscos e elaborar Plano Anual de Auditoria com base na criticidade dos processos;
- Avaliar a performance dos processos e controles internos por meio da execução do Plano Anual de Auditoria;
- Conduzir o processo de avaliação interna e acompanhar a avaliação da auditoria externa dos controles SOX;
- Realizar testes periódicos de controles para garantir a sua efetividade frente aos riscos mapeados;
- Reportar ao Comitê de Auditoria Estatutário os resultados dos trabalhos e assuntos relevantes do período.

iii- se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

- **se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados**

O Código de Conduta da Companhia, que reúne os valores empresariais, práticas, procedimentos, princípios-chave e normas de conduta relacionadas a decisões éticas, é aplicável aos administradores, conselheiros e colaboradores, bem como para clientes, parceiros de negócios (fornecedores, terceiros, representantes), agentes intermediários, procuradores e qualquer pessoa que atue em nome da Companhia. Dessa forma, todos os envolvidos com a Companhia, independentemente de hierarquia, são responsáveis por criar e incentivar a cultura de realização de negócios pautados na ética.

- **as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**

O não cumprimento do Código de Conduta, das políticas internas da Companhia e das leis nacionais ou internacionais, poderá sujeitar o infrator à aplicação de sanções cabíveis, determinadas de acordo com a gravidade da conduta

5.3 Programa de integridade

praticada pelo colaborador. As sanções estão previstas na Política de Medidas Disciplinares, incluindo, dentre outras (i) advertência verbal ou escrita; (ii) suspensão de 1 a 3 dias (a depender da gravidade); e (iii) desligamento. Após as análises realizadas pelas áreas responsáveis, cabe ao gestor imediato aplicar a devida medida disciplinar. Sem prejuízo da aplicação de medidas disciplinares, as condutas ilícitas devidamente apuradas e comprovadas serão reportadas às autoridades competentes e ainda passíveis de responsabilização cível e criminal aplicável.

Terceiros eventualmente infratores estarão sujeitos às sanções comerciais contratuais cabíveis, incluindo a imediata rescisão contratual, com aplicação das penalidades decorrentes da rescisão, sem prejuízo de ação indenizatória e outras providências legais cabíveis.

- **órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

O Código de Conduta foi aprovado pelo Conselho de Administração em sua versão atual em 10 de agosto de 2023 e encontra-se disponível nos canais de comunicação internos da Companhia, no website de Relações com Investidores (<https://ri.rumolog.com/governanca-corporativa/estatuto-codigos-e-politicas>), além das páginas da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 (www.b3.com.br).

b) se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

i. se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros

O Canal de Ética, como o canal de denúncia é denominado no Grupo Cosan, é gerenciado por um terceiro contratado com a finalidade de garantir a idoneidade de todo o processo pelo qual é responsável. O Canal de Ética é utilizado para denúncias, relatos e comunicações de questões relacionadas aos assuntos mencionados no Código de Conduta e nas políticas internas da Companhia.

ii. se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados

O Canal de Ética pode ser acessado tanto por colaboradores quanto por terceiros, através dos canais de comunicação internos da Companhia ou por meio do endereço www.canaldeetica.com.br/cosan. O contato também pode ser realizado pelo telefone 0800 725 0039 de Segunda a Sábado, das 8h00 às 20h00.

iii. se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante

Exceto se por força de lei ou solicitação judicial, a Companhia garante o anonimato aos denunciante, bem como o sigilo das informações e dos relatos feitos por meio do Canal de Ética. O canal é gerido por uma empresa terceirizada, que recebe as denúncias e dá o encaminhamento adequado, com a utilização de sistemas e procedimentos de controles que asseguram o sigilo e a confidencialidade da denúncia.

Conforme expressamente instituído em seu Código de Conduta, a Companhia

5.3 Programa de integridade

nãotolera nenhum tipo de retaliação contra qualquer pessoa, interna ou externa, que comunique de boa-fé uma violação ou suspeita de violação de qualquer norma jurídica ou do Código de Conduta.

iv. órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias

As apurações e investigações das denúncias recebidas relativas às infrações e desvios éticos são realizadas pelo Compliance Jurídico, tendo como instância deliberativa o Comitê de Ética da Companhia.

Para denúncias ou incidentes relativos às infrações à lei anticorrupção, fraudes ou desvios contábeis as apurações e investigações são conduzidas pelas equipes de Auditoria Interna Corporativa Grupo Cosan e Compliance Jurídico.

No último exercício social referente a 31 de dezembro de 2023 a Companhia recebeu 911 manifestações relativas ao Código de Conduta em seu Canal de Ética.

c) Número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas

Não houve casos de fraudes, irregularidades ou atos ilícitos praticados contra a Administração Pública a serem reportados pela Companhia.

d) Caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Item não aplicável, considerando que, como descrito acima, a Companhia possui regras, procedimentos ou práticas voltadas para preservação, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a Administração Pública.

5.4 Alterações significativas

Não houve, no último exercício social, alterações significativas nos principais riscos aos quais a Companhia está exposta ou na política de gerenciamento de riscos adotada.

5.5 Outras informações relevantes

Não há outras informações que o Emissor julgue relevante que não tenham sido expostas no item acima.